

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUIZA GODINHO SILVA

MERCADO DA FOME

Um estudo sobre o sistema alimentar global

Uberlândia

2019

LUIZA GODINHO SILVA

Mercado da Fome

Um estudo sobre o sistema alimentar global

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

Uberlândia

2019

Mercado da Fome:

Um estudo sobre o sistema alimentar global

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em

Área de concentração: Relações Internacionais

Uberlândia, 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento – IERI/UFU

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça – IERI/UFU

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho – IERI/UFU

Esta monografia é dedicada à memória de:

*Josué de Castro, o brasileiro que lutou
brilhantemente pelo direito de não passar fome até
seu último pinga de vida*

Chico Mendes, assassinado em Xapuri, Brasil

*Irmã Dorothy Stang, assassinada em Anapu,
Brasil*

“A fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem. A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento.”

(CASTRO, 1960, p. 24)

RESUMO

O presente trabalho se propôs a trazer à tona as questões mais relevantes acerca da fome mundial, numa tentativa de investigar, por meio de teorias político-econômicas e fatos históricos, por que tanta gente passa fome, investigando para tal como funciona o sistema alimentar global. Sendo o assunto da fome mundial um assunto que engloba vários campos, como o da política, economia, direitos humanos, agricultura, entre outros, esta monografia se propõe a apresentar ao leitor o básico sobre como esses campos se relacionam com a problemática da fome. No sentido de que a fome é expressão do subdesenvolvimento, ela está relacionada às formas atuais de imperialismo e com a inserção dos países periféricos na Divisão Internacional do Trabalho e especialização em produtos primários. Outro gerador de insegurança alimentar é o movimento de estabilização das multinacionais, notavelmente as da agroindústria, nos países desenvolvidos, que tornam os solos da periferia reféns de sementes, fertilizantes, pesticidas e herbicidas, de forma a gerar demanda destes produtos para si, e utilizando as melhores terras de países da periferia para plantar culturas de exportação. Por fim a fome também está associada a pressões de organizações internacionais neoliberais para que países periféricos adotem políticas de livre-mercado, aumentando assim sua pobreza e dependência. Nesse sentido é examinada a importância de um *vetor estável* de preços a partir da conceituação keynesiana do *forjador de intercâmbio* como uma alternativa para conter a alta mundial dos preços alimentares dentro da configuração capitalista. Conclui-se que o neoliberalismo precisa ser contido, pois suas práticas se configuram um atentado à soberania dos países do Sul, sobretudo à soberania alimentar.

Palavras-chave: Agronegócio. Capitalismo dependente. Crise alimentar global. Fome mundial. Imperialismo. Insegurança alimentar. Soberania alimentar. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to raise the most relevant questions about world hunger in an attempt to investigate, through historical theories and facts, why so many people starve and how the global food system works. As the subject of world hunger is a subject that encompasses various fields, such as politics, economics, human rights, agriculture, among others, this study aims to bring to the reader the basic information on how these fields relate to the problem of hunger. Hunger is an expression of underdevelopment, it is related to current forms of imperialism and the insertion of peripheral countries in the International Division of Labor and specialization in primary products. Another food insecurity generator is the stabilization movement of multinationals, notably those of agroindustry, in developed countries, which make the soils of the periphery hostage to seeds, fertilizers, pesticides and herbicides, in order to generate demand for these products for themselves, and using the best lands in peripheral countries to grow export crops. Finally, hunger is also associated with pressure from neoliberal international organizations for peripheral countries to adopt free-market policies, thereby increasing their poverty and dependence. In this sense, the importance of a stable price vector based on the Keynesian concept of the exchange forger is examined as an alternative to the high world food prices. It is concluded that neoliberalism needs to be contained, as its practices constitute an attack on the sovereignty of the southern countries, especially food sovereignty.

Keywords: Agribusiness. Dependent capitalism. Global food crisis. World hunger. Imperialism. Food insecurity. Food sovereignty. Underdevelopment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – GEOGRAFIA DA FOME	6
1.1.O que é fome e suas manifestações	6
1.2.Mapa da fome no mundo.....	11
CAPÍTULO II – TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA POLÍTICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	20
2.1.Teoria da Dependência.....	22
2.2.Da Teoria da Dependência à Teoria do Sistema-Mundo	26
2.3.Chutando a escada.....	27
CAPÍTULO III – A NÃO NEUTRALIDADE DAS TECNOLOGIAS	29
3.1.Uma Revolução nem tão Verde assim	30
3.2.Resistência na periferia	32
CAPÍTULO IV – QUANDO O NEOLIBERALISMO MATA DE FOME	36
4.1.A crise alimentar dos anos 2000 e a precificação dos alimentos	36
4.2.OMC, FMI e Banco Mundial	38
4.3.Uma possível saída.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

A alimentação é um direito humano, apresentado no artigo 11º do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 1966:

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna.

O direito humano à alimentação foi reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), aceite como obrigação vinculante pelos 162 Estados que ratificaram o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e reafirmado nas Cimeiras Mundiais da Alimentação (1996, 2002 e 2009). Os Estados que ratificaram o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estão obrigados a realizar progressivamente o direito à alimentação, de acordo com o artigo 11, exposto acima. Atrevo-me a dizer que não existe direito humano mais recorrentemente e maciçamente violado do que o direito à alimentação. Mas por que motivo centenas de milhões de seres humanos passam fome? A reação mais óbvia seria alegar falta de comida. Porém, a resposta está longe de ser encontrada na escassez. A fome é companheira constante da espécie humana, mas não podemos mais aceitar, em pleno século XIX, o discurso de que a fome diz respeito a um sofrimento que sempre nos assombrará, como uma maldição divina, sobre pessoas nascidas na hora errada no lugar errado. Sua condição não é inevitável, suas causas são identificáveis e fogem de explicações como a de se tratar de um flagelo provocado diretamente pelas elevadas taxas de natalidade nos países subdesenvolvidos ou uma questão de preguiça e falta de iniciativa dos próprios pobres. Ou ainda poder-se-ia jogar a culpa nas questões climáticas - explicação, de fato, muito conveniente, pois as ações de Deus não estariam ao alcance de estudos e ações racionais¹. Mas as ações do homem estão.

¹ Aqui não se objetiva afirmar que as questões climáticas nada tem a ver com a fome, estas possuem de fato grande protagonismo em diversos episódios de fome na história humana. O que os estudos recentes sobre mudanças climáticas têm nos revelado é que o aquecimento global tem provocado catástrofes naturais em proporções que jamais ocorreriam sem a ação do homem, sendo tais catástrofes reflexo das alterações provocadas pelo efeito estufa, que por sua vez se configura um reflexo do modelo de desenvolvimento capitalista de produção. As catástrofes desencadeadas principalmente pelo comportamento insustentável das grandes indústrias dos países do centro geralmente afetam com mais intensidade a periferia global.

Como Josué de Castro coloca em *A Descoberta da Fome*, prefácio ao livro *Homens e Caranguejos* (1966), a fome é a expressão biológica de males sociológicos, estando intimamente ligada às distorções econômicas, às quais denominamos subdesenvolvimento. A fome, como colocou Ricardo Abramovay (1983), é o único instinto humano cuja saciação depende de uma atividade econômica: a produção e distribuição de alimentos, o que torna a fome uma *doença social*, tendo em vista que possui fundamentos socioeconômicos.

Como Susan George pontuou em seu livro “*How The Other Half Dies: The Real Reasons for World Hunger*” (1976), ou “O Mercado da Fome: As Verdadeiras Razões da Fome no Mundo” na tradução brasileira, ao qual o título deste trabalho faz homenagem, mesmo no Terceiro Mundo, não há “países famintos”, e sim gente pobre que neles habitam, gente que não pode cultivar ou comprar alimentos em quantidade suficiente para atender às suas necessidades.

O leitor pode questionar-se do porquê estudar a fome, e não a pobreza, visto que o que leva à fome é a falta de poder aquisitivo das famílias para obter o alimento, ou a terra e os insumos necessários para cultivá-lo. Realmente, pobreza e fome andam de mãos dadas e pode-se considerar, de fato, que este estudo possui como objeto as causas estruturais da pobreza, mas não somente, visto que no estudo das causas estruturais da fome – o objeto desta pesquisa, no a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, também é englobado, além do estudo das causas da miséria, uma análise acerca da produção, distribuição e comercialização de alimentos.

A fome se caracteriza como um nível de pobreza particular que requer uma análise mais específica do que uma análise da miséria no geral. Portanto, o presente trabalho estuda um tipo de pobreza que não se trata de uma simples falta de poder aquisitivo, se trata da **privação da substância que em última instância compõe a sobrevivência das pessoas**, da privação da fonte de energia que capacita os seres humanos a realizarem as suas funções vitais. A fome está inserida em um complexo de males sociais inter-relacionados, complexo este intimamente ligado às estruturas econômicas, políticas e sociais globais, bem como seus modos de desenvolvimento e consumo, dinâmica populacional e preconceitos sociais baseados em raça, etnia, gênero e idade.

As causas dessa falta de poder aquisitivo estão relacionadas à situação econômica do país, bem como à própria estrutura da distribuição da propriedade fundiária do país; estes, por sua vez, se relacionam com *o que é plantado no país, o que é importado e exportado como alimento, e de quem*. Esses são os pontos cruciais. Estas questões se relacionam com o aumento ou queda dos preços mundiais de alimento do mercado internacional. No meio desse processo, se

encontram os interesses das empresas privadas envolvidas no agronegócio, que, por sua vez, controlam a quantidade (e a qualidade) de alimento que estará disponível no prato da família em questão. Esse estudo pretende esclarecer detalhadamente esse processo.

Em *Geopolítica da Fome* (1965), Josué de Castro evidencia que o comércio internacional é controlado por minorias obcecadas pela ambição do lucro, aos quais interessa que a produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares atuem como fenômenos puramente econômicos, direcionados exclusivamente por seus interesses financeiros, e não como fenômenos do mais alto interesse social, muito menos para o bem-estar da coletividade. O alimento é entendido no mercado internacional como apenas mais uma mercadoria, e não entendido como substância vital para a existência humana.

Na conjuntura política e econômica atualmente delineada, os pequenos produtores não podem mais escolher plantar o que comem, pois sua existência não vai de encontro com os interesses das grandes corporações privadas. São os pobres rurais (*rural poors*, na terminologia da FAO), pertencentes a comunidades rurais dos países do Sul, a maioria das pessoas que não possuem o que comer. Existem três razões para a miséria dos camponeses, segundo Ziegler² (2013): 1. são trabalhadores migrantes sem-terra ou arrendatários superexplorados pelos proprietários; 2. possuem a terra, mas não possuem os documentos, como no caso de ocupações de terrenos, como temos no Brasil pelo MST; 3. possuem terra própria, mas sua dimensão e qualidade não são suficientes para alimentar sua família.

Já em cenários urbanos, a expressão do capitalismo na alimentação humana se observa, além do aumento de preços dos alimentos básicos, por meio do crescimento de ambientes alimentares nutricionalmente pouco saudáveis, repletos de alimentos altamente industrializados (ricos em açúcar, sal, gordura) e com diversos aditivos químicos.

Portanto, não se trata a questão da fome apenas de uma falta de poder aquisitivo, pois o alimento não é uma mercadoria como qualquer outra, mesmo que seja tratado como tal pelos especuladores do século XXI. O poder que possuem as sociedades transcontinentais da agroindústria e dos *hedge funds* - responsáveis por especular com os preços dos alimentos, se mostra maior que o de Estados nacionais e todas as organizações internacionais.

² O sociólogo Jean Ziegler (1934) lecionou na Universidade de Genebra e na Sorbonne e foi membro da bancada social-democrata no parlamento da Suíça. Foi relator especial da ONU sobre o direito à alimentação (2000-2008) e membro de seu Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos (2008-2012). É autor do livro “Destruição em Massa: Geopolítica da Fome”, de 2013.

O Direito Agrário - o grande ramo jurídico impulsionador da atividade agrária, responsável pelo abastecimento alimentar no mundo, possui o fim da Primeira Guerra Mundial como marco e sua positivação, em 1922, na Itália, visando estabelecer normas para atividade agrária para a produção de alimentos. Em 1974 o tema da fome volta aos holofotes internacionais, e torna-se tema de discussão nos acordos estabelecidos na Conferência Mundial de Alimentação de 1974, diante novamente da ameaça de escassez dos produtos agropecuários. A questão da segurança alimentar até então era compreendida como uma política de armazenamento estratégico, bem como uma fonte de oferta de alimentos segura, mas não como um direito humano. Ao final da década de 1970, houve um despertar de consciências que colocava a fome como um problema de acesso e não de produção (MANIGLIA, 2009).

Em 1983, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) apresentou um novo conceito de segurança alimentar, se baseando nos seguintes objetivos: 1. oferta adequada de alimentos; 2. estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos; 3. segurança no acesso aos alimentos ofertados. Em 1986, o Banco Mundial define segurança alimentar como “o acesso por parte de todos, todo o tempo, a quantidades suficientes de alimentos para levar uma vida ativa e saudável” (MANIGLIA, 2009).

Deste modo, o presente estudo busca investigar as causas que fazem com que a segurança alimentar seja algo tão distante da vida de grande parte da população. Sendo o assunto da fome mundial um assunto que engloba vários campos, como o da política, economia, direitos humanos, agricultura, entre outros, esta monografia se propõe a apresentar ao leitor o básico sobre como esses campos se relacionam com a problemática da fome. O presente trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Geografia da Fome”, o leitor encontrará dados acerca dos números atuais da fome no mundo, bem como conceituações utilizadas quando se trata de fome e uma breve introdução sobre as manifestações da fome no corpo humano.

No capítulo 2, intitulado “Economia Política do Comércio Internacional”, são apresentadas teorias de economia política consideradas fundamentais para entender a condição do subdesenvolvimento dos países periféricos, condição que se reflete na falta de alimento de suas populações, sendo elas: Teoria da Dependência, Teoria do Sistema-Mundo e o trabalho de Há-Joon Chang em Chutando a Escada (2002).

No terceiro capítulo intitulado “A Não Neutralidade das Tecnologias”, é defendido que nenhuma tecnologia é neutra, estudando deste modo a dependência tecnológica dos países da

periferia em relação ao centro, utilizando o histórico do que ficou conhecido como “Revolução Verde” para tratar da presença dominante das multinacionais nos países subdesenvolvidos.

Por fim, no capítulo 4 intitulado “Quando o Neoliberalismo Mata de Fome” tratará da crise de preços dos alimentos dos anos 2000, investigando suas possíveis causas. Em seguida é feito um levantamento de algumas atuações das instituições internacionais FMI, OMC e Banco Mundial nos países periféricos, analisando como suas políticas neoliberais contribuem para o agravamento da insegurança alimentar destes países. Ao fim do capítulo é examinada a importância de um *vetor estável* de preços a partir da conceituação keynesiana do *forjador de intercâmbio* como uma alternativa para a alta mundial dos preços alimentares.

CAPÍTULO I: GEOGRAFIA DA FOME

Neste capítulo serão evidenciados alguns dados acerca dos números atuais da fome no mundo, para que seja possível compreender a real dimensão da questão, bem como conceituações utilizadas quando se trata de fome, e em seguida uma breve introdução sobre as manifestações da fome no corpo humano será apresentada. Antes de prosseguirmos no debate sobre a fome propriamente dito, atentemo-nos primeiro ao que entendemos como fome neste trabalho.

1.1 O que é fome e suas manifestações

A fome é, sem dúvida, uma questão primariamente biológica, relacionada à necessidades energéticas. Portanto, podemos entender a fome como a manifestação de uma insuficiência calórica presente na alimentação diária do indivíduo, em que a ingestão calórica diária não corresponde ao gasto energético realizado por seu organismo. Obviamente, esses níveis de deficiência variam. A imagem perpetuada na cabeça da maioria das pessoas quando se fala de indivíduos em situação de fome é a imagem de um corpo esquelético, sem forças para sequer se locomover livremente, definhando pela falta de alimentação. No entanto, os pobres que chegam ao estágio de morrer de fome, são casos relativamente raros. A grande maioria segue por longos anos agonizando com as consequências da subalimentação severa. E se a fome mata, mata pois enfraquece o indivíduo, deixando-o suscetível a doenças e infecções, que em um organismo saudável não seriam fatais, mas nos corpos de quem sofre da fome, o são. A subnutrição (*undernourishment*) e má nutrição (*malnutrition*) acarretam em subdesenvolvimento físico, letargia, e gradualmente debilitam as funções motoras e mentais, debilitando também a capacidade de resistir a doenças e ataques parasitas, que se proliferam nos países pobres. A subalimentação está relacionada a falta de calorias, e a má nutrição com a falta de micronutrientes – vitaminas e sais minerais. Um termo interessante utilizado pela ONU é o *hidden hunger* – fome oculta. A “fome oculta” devido à deficiência de micronutrientes não produz fome como a conhecemos. Ela pode não ser sentida na barriga, mas atinge o núcleo da vitalidade de quem a sofre. É especialmente prejudicial para o cérebro humano, afetando a capacidade de aprendizagem e produtividade. Uma criança pode apresentar um corpo aparentemente bem alimentado, com as 2.000 calorias diárias supridas como é recomendado pela OMS, mas estar sendo consumida pela má nutrição.

Abaixo o leitor encontrará um quadro com os conceitos da ONU relacionados à insegurança alimentar. O quadro 1 localizada abaixo possibilita ao leitor um entendimento mais claro acerca

das terminologias utilizadas para se falar de insegurança alimentar, extraída do relatório anual da FAO intitulado “*The State of Food Security and Nutrition in the World*”, de 2014.

Quadro 1 – Conceitos Relacionados com a Insegurança Alimentar

Fome	Denominação geral com a qual se faz referência a uma situação de baixo consumo alimentar ou desnutrição, habitualmente crônica. Segundo a FAO, “O conceito de fome costuma utilizar-se em situações de intensa privação de alimentos relativamente a diversas formas de desnutrição, entre elas as devidas a um acesso limitado à quantidade suficiente de alimentos e a um déficit de nutrientes essenciais presentes nos alimentos necessários desde o ponto de vista nutricional, o que se repercute nas faculdades físicas e mentais da pessoa ou pessoas afetadas”.
Fome generalizada	Processo relativamente prolongado de crise sócio-econômica, consistindo no progressivo empobrecimento dos grupos mais vulneráveis e na deterioração dos seus sistemas de subsistência com um aumento massivo da fome. O processo também implica deslocamentos da população, a propagação de epidemias, a desestruturação comunitária, e, nos casos mais graves, um aumento da mortalidade da população.
Fome oculta	É a carência de micronutrientes, em particular minerais e vitaminas (ferro, iodo, vitamina A...). O termo “oculta” refere-se aos casos leves e moderados, nos quais não surgem sinais visíveis e as pessoas que a sofrem desconhecem essas carências.
Subnutrição	Também chamada de fome crônica. Estado nutricional caracterizado por uma continuada insuficiência na ingestão de alimentos, com um valor calórico que não chega para satisfazer as necessidades mínimas de energia alimentar. Pode produzir um enfraquecimento do sistema imunológico que torna as pessoas mais vulneráveis às doenças. É difícil determinar o valor calórico necessário, já que esta depende de muitos fatores, como idade, o sexo, a atividade, as condições fisiológicas, etc. No entanto, a Organização Mundial da Saúde estima, de forma genérica, um valor calórico de 2.000 a 2.500 quilocalorias/dia para um homem adulto e de 1.500 a 2.000 para uma mulher.
Desnutrição	É o resultado da subnutrição, da má absorção e/ou da má utilização biológica dos nutrientes consumidos.

Desnutrição aguda <i>(wasting)</i>	Manifesta-se como baixo peso para a estatura, o que, em regra, é o resultado de uma diminuição do peso devido a um período recente de inanição ou de doença grave. No caso de um valor 20% inferior à média, trata-se de uma desnutrição aguda moderada. Para um valor 30% inferior à média trata-se de desnutrição aguda severa.
Desnutrição crônica <i>(stunting)</i>	Atraso do crescimento, ou seja, baixa estatura para a idade, associada, normalmente, a situações de pobreza, refletindo episódios reiterados de desnutrição.
Desnutrição global <i>(underweight)</i>	Insuficiência ponderal. É um índice composto pelos dois anteriores que reflete um estado resultante de uma alimentação insuficiente, casos anteriores de desnutrição ou de saúde delicada. É o indicador utilizado para o acompanhamento do objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015). Nas crianças mede-se como baixo peso para a idade, e nos adultos como índice de massa corporal inferior a 18,5.
Malnutrição	Estado fisiológico anormal causado por desequilíbrios no consumo de energia, proteínas e/ou outros nutrientes na dieta, seja em déficit ou em excesso. Qualquer transtorno nutricional que implique alterações no desenvolvimento e na manutenção de saúde.
Vulnerabilidade Alimentar	Situação dos grupos populacionais que são afetados ou ameaçados por fatores que os colocam em risco de sofrer insegurança alimentar ou malnutrição.

Fonte: FAO, 2014

Segundo Ziegler (2013), a má nutrição afeta, particularmente, a faixa etária entre zero e quinze anos. De acordo com o relatório da UNICEF intitulado *Vitamin and Mineral Deficiency – a Global Progress Report*, ou apenas VMd Progress Report, de 2004, a deficiência de ferro era vista como pouco mais do que um incômodo debilitante até a década de 1990. Agora, a falta de ferro é conhecida por prejudicar o desenvolvimento das capacidades mentais normais de 40% a 60% das crianças do mundo em desenvolvimento. A anemia é uma das consequências mais comuns da má nutrição. A falta de ferro provoca danos irreparáveis, debilita a saúde e as energias de cerca de 500 milhões de mulheres e leva a mais de 60.000 mortes por parto por ano. A deficiência de ferro em adultos é tão grande que diminui as energias das nações e a produtividade das forças de trabalho - com perdas estimadas de até 2% do PIB nos países mais afetados, de acordo com o relatório da UNICEF. Ou seja, essas deficiências incorrem em custos econômicos para as nações em desenvolvimento.

Níveis de deficiência mineral e vitamínica que não apresentam sintomas clínicos antes se pensava serem relativamente pouco importantes, mas podem prejudicar – e prejudicam, o desenvolvimento intelectual, causam problemas de saúde e morte prematura em uma escala quase impensável e condenam talvez um terço do mundo a vidas abaixo de seu potencial físico e mental pleno (ZIEGLER, 2013).

A carência de vitaminas pode levar a casos graves; segundo o VMd Progress Report, a deficiência de vitamina A está comprometendo o sistema imunológico de aproximadamente 40% das crianças menores de cinco anos do mundo em desenvolvimento, e levando à morte de aproximadamente 1 milhão de crianças pequenas a cada ano. A marca de idade dos cinco anos é importante pois, no ser humano, os neurônios se desenvolvem entre zero e cinco anos. Se nessa faixa de tempo a criança não receber alimentação regular e adequada, ficará com sequelas pelo restante da vida. Além disso, nessa faixa etária, assim como as mulheres no período gestacional, é quando o ser humano se encontra mais sensível a doenças infecciosas (ZIEGLER, 2013).

A falta de vitamina A provoca cegueira, a falta de vitamina B provoca a doença beribéri, que destrói o sistema nervoso. A falta de vitamina C provoca o escorbuto, e o raquitismo em crianças de pouca idade (ZIEGLER, 2013). Segundo o VMd Progress Report, a deficiência de iodo na gravidez está causando o nascimento de quase 18 milhões de bebês por ano mentalmente debilitados, e cerca de 40% das pessoas do mundo em desenvolvimento sofrem de deficiência de ferro; cerca de 15% não possuem iodo adequado; e até 40% das crianças crescem com insuficiência de vitamina A.

No início dos anos 80, os meios de comunicação de massa viralizaram dramaticamente a imagem da fome na África. Todos já tivemos a oportunidade de ver fotos de crianças africanas desnutridas com seus corpos esqueléticos ou sua barriga inchada. Essas são as manifestações das duas principais doenças decorrentes da desnutrição nas crianças: o *kwashiorkor* e o marasmo. O *kwashiorkor* é o responsável pelo inchaço na barriga, bem como nas pernas, braços e mãos, podendo até passar uma impressão de gordura. A palavra é de origem oeste-africana, oriunda da língua *Ashanti*³ que significa “criança a mais”, pois essa doença muitas vezes afeta um filho mais velho quando subitamente desmamado em decorrência do nascimento de outro. É uma doença causada, sobretudo, pelo déficit proteico decorrente do desmame. Dentre outros

³ A tribo Ashanti é hoje a maior tribo de Gana, remanescente do antigo e poderoso Império Ashanti na região litorânea do país (1670 – 1896).

sintomas, o fígado não consegue mais assimilar as proteínas e se deixa tomar pela gordura, não sendo capaz de produzir as enzimas necessárias à digestão. Há também deterioração da mucosa intestinal e com isso a criança perde sua capacidade de produzir anticorpos. O marasmo caracteriza-se por um déficit calórico, que pode também se manifestar por ocasião do desmame. Nesse caso, a criança emagrece subitamente, ficando salientes e angulosos os ossos do corpo, podendo chegar a pesar menos de 60% de seu peso regular (ABRAMOVAY, 1983).

Essas doenças, de maior incidência no Terceiro Mundo, são a manifestação de carências alimentares extremas, ao passo que a desnutrição moderada – que acompanha dezenas de milhões de crianças em todo o planeta, é bem mais discreta, corroendo lenta e dolorosamente o indivíduo que dela padece. Não havendo uma fome realmente espetacular que mereça ser fotografada, os indivíduos cronicamente famintos e as condições que mantêm essa situação são considerados um assunto cansativo.

Na edição de 2019 do relatório da FAO intitulado *The State of Food Security and Nutrition in the World* consta que hoje, **821.6 milhões de pessoas** sofrem de fome, o que corresponde a cerca de uma em cada nove pessoas no mundo. De acordo com as estimativas mais recentes, 9,2% da população mundial (ou pouco mais de 700 milhões de pessoas) foi exposta a níveis severos de insegurança alimentar em 2018, o que vai desde reduções na quantidade de alimentos consumidos a possivelmente experimentar a fome crônica. Uma análise mais ampla da extensão da insegurança alimentar além dos níveis severos e da fome revela que 17,2% adicionais da população mundial, ou 1,3 bilhão de pessoas, experimentaram insegurança alimentar em níveis moderados, o que significa que não tiveram acesso regular a alimentos nutritivos suficientes. A combinação de níveis moderados e graves de insegurança alimentar eleva o total estimado a **26,4% da população mundial**, totalizando cerca de **2 bilhões de pessoas**.

As fontes mais concretas e bem estabelecidas de dados sobre fome e subnutrição começam em 1990, o que está fortemente relacionado ao fato de que os indicadores globais sobre a redução da fome são monitorados com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que datam os anos 1990. Durante este período, segundo a *Our World in Data*, a metodologia padrão da FAO para a estimativa de desnutrição foi revisada para melhorar a precisão. Encontrar dados confiáveis sobre a fome mundial antes desse período não é tarefa fácil, o que compromete um importante exercício de comparação.

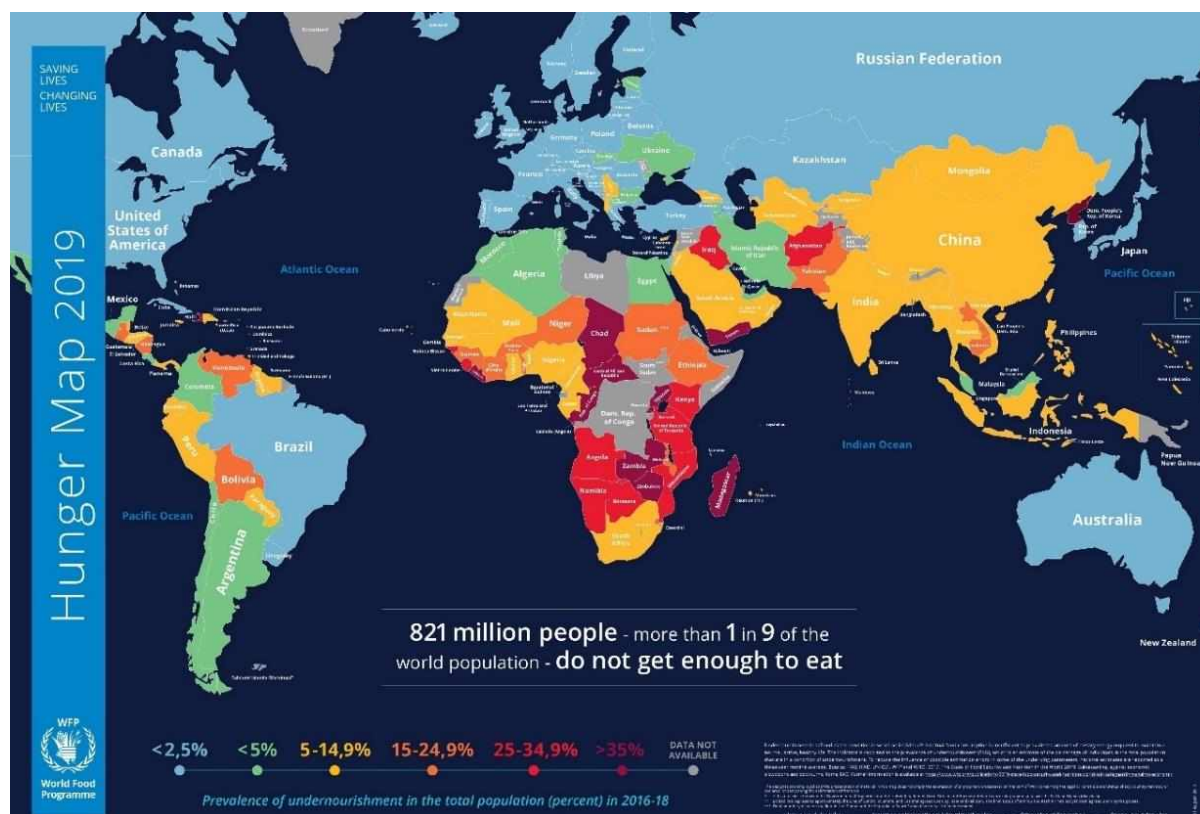
Ao tratar do assunto da fome, é necessário que se faça uma distinção, que é seguida pela ONU e suas agências especializadas: a diferenciação entre “fome estrutural” e “fome conjuntural”. A fome conjuntural é altamente visível. Está presente periodicamente em noticiários na televisão. É a fome escandalizada, ocorre quando uma guerra, ou uma catástrofe natural, destroem o tecido social de uma Nação e sua economia, e desloca centenas de milhares de pessoas de suas casas rumo à campos de refugiados. Em tais circunstâncias, a Nação fica travada: não é possível plantar ou colher, as cidades são destruídas assim como as estradas, os mercados, as pontes. As instituições estatais ficam paralisadas.

A fome estrutural, por outro lado, é pouco espetacular. É silenciosa, e permanente. Ela é parte das estruturas de produção dos países do Sul e se reproduz biologicamente, ao passo que, a cada ano, ocorre o nascimento de milhões de crianças deficientes em decorrência da subalimentação de suas mães. Essa é a fome que a presente pesquisa procurará conceder um foco maior, visto que sua causa não pode ser reduzida à ocorrência de um conflito, ou um desastre.

1.2 Mapa da fome no mundo

A seguir o leitor encontrará alguns dados dispostos em tabelas e gráficos acerca das estatísticas mais atuais sobre a fome mundial.

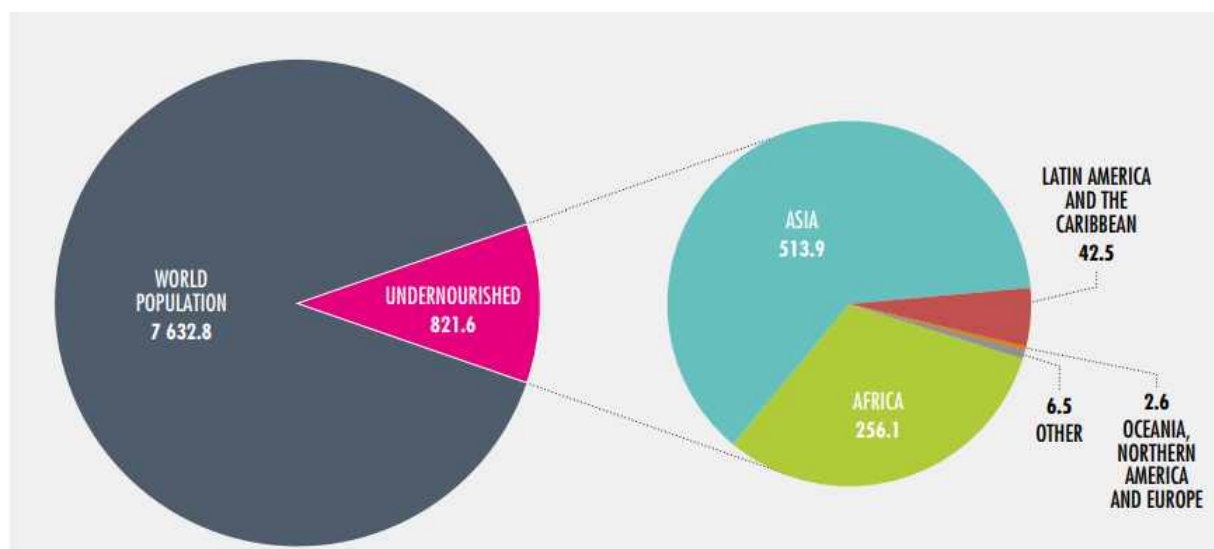
Figura 1 – Prevalência da subalimentação na população total (%) em 2016-18



Fonte: WFP, 2019

Na figura 1 está o mapa da fome mundial desenvolvido pelo World Food Programme ou, em português, Programa Mundial de Alimentos (PMA), que consiste no ramo de assistência alimentar das Nações Unidas, criado em 1961 – 16 anos após a criação da FAO, sendo criado, inicialmente, como um experimento para fornecer ajuda alimentar através do sistema das Nações Unidas, com o primeiro programa de desenvolvimento lançado em 1963 para os núbios no Sudão. Em vermelho escuro encontram-se os países cujo percentual da população que se encontra em estado de subalimentação é superior a 35%, são eles: Madagascar, Zimbábue, Zâmbia, Uganda, República do Congo, Ruanda, República Centro Africana, Chade, Iémen, Libéria, Coréia do Norte e Haiti.

Figura 2 - Distribuição da subalimentação no mundo (em milhões) em 2018



Fonte: FAO, 2019

A Figura 2 nos fornece uma boa noção sobre quem são, de fato, as Nações mais afetadas pela fome. Para fins de aprofundamento na questão, atentemo-nos aos dados fornecidos pelo relatório global sobre crise alimentar (GRFC, do seu nome original Global Report on Food Crises) de 2019 da FSNI (*Food Security Information Network*), co-patrocinada pela FAO, WFP e IFPRI para fortalecer os sistemas de informação de segurança alimentar e nutricional para produção de dados. O FSNI divide o grau das populações afetadas pela fome em 5 fases, a chamada Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada (CFI) e *Cadre Harmonisé* (CH), sendo essas fases intituladas, respectivamente, “*minimal*”, “*stressed*”, “*crisis*”, “*emergency*” e “*catastrophe/famine*”. Segundo o FSNI, na fase 1 (*minimal*), os agregados familiares são capazes de satisfazer as necessidades alimentares básicas e não alimentares sem se envolverem em estratégias atípicas e insustentáveis de acesso a alimentos e rendimentos; na fase 2 (*stressed*), os agregados familiares têm um consumo de alimentos minimamente adequado, mas não conseguem pagar algumas despesas não alimentares essenciais sem se envolverem em estratégias de enfrentamento prejudiciais; na fase 3 (*crisis*), as famílias têm lacunas de consumo de alimentos com desnutrição aguda alta ou acima do normal ou esgotamento acelerado de meios de subsistência que levarão a lacunas no consumo de alimentos; na fase 4 (*emergency*), as famílias têm grandes lacunas de consumo de alimentos, resultando em desnutrição aguda muito alta e excesso de mortalidade ou enfrentam perdas extremas de meios de subsistência que levarão a lacunas no consumo de alimentos. Finalmente, na fase 5 (*catastrophe/famine*), as famílias têm uma extrema falta de comida e outras necessidades básicas, sendo fome, morte e indignidade evidentes.

No referido Global Report on Food Crisis foram analisados 53 países, cujos dados estão dispostos no quadro a seguir. No quadro 2 é possível identificar dados recentes dos 53 países analisados acerca da porcentagem de sua população em situação de Crise (fase mais grave), como também a porcentagem em situação de Estresse. As manifestações de insegurança alimentar menos alarmantes não são, como veremos a seguir, de menor gravidade. As situações de crise costumam ser conjunturais, já as situações de insegurança alimentar menos escandalosas, justamente por não estarem atribuídas a ocorrência de uma crise, se mostram estruturais e, por consequência, são capazes de fazer um estrago bem mais permanente.

Quadro 2 - Países analisados pelo GRFC

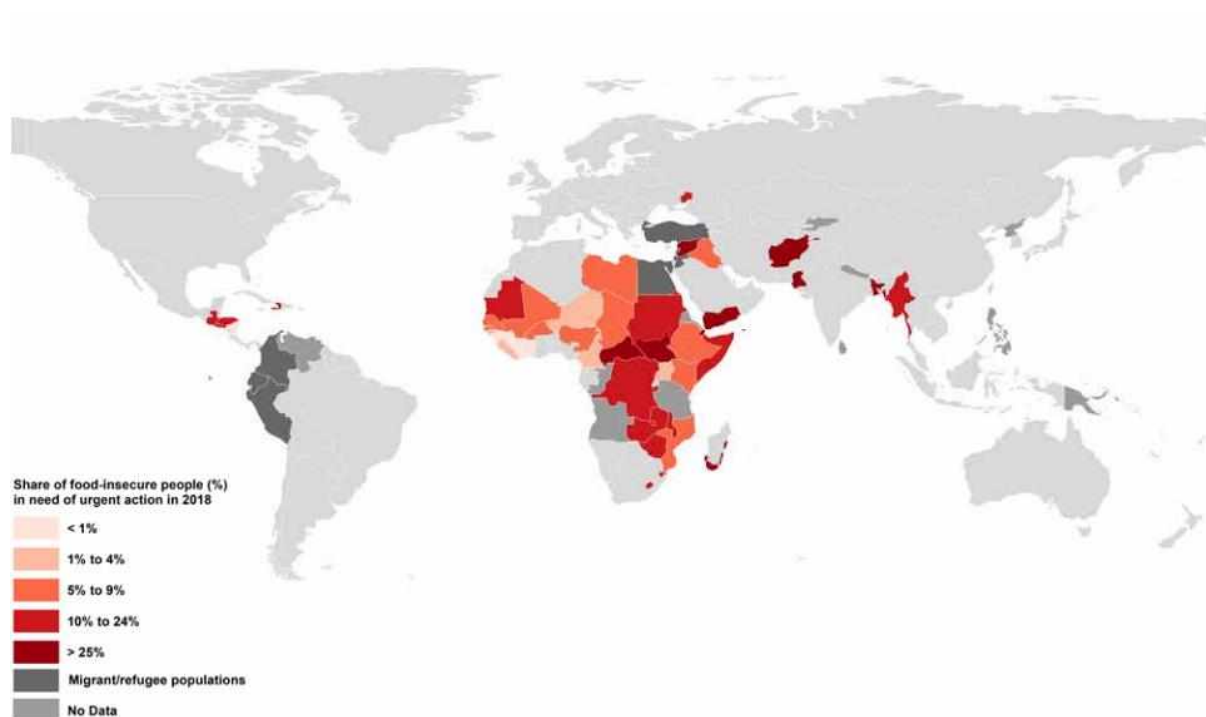
País	População em situação de Crise - Fase 3 ou mais grave (%)	População em situação de Estresse - Fase 2 (%)
1. Afeganistão	47%	30%
2. Bangladesh	87%	N/A
3. Burkina Faso	5%	13%
4. Burundi	16%	N/A
5. Cabo Verde	4%	20%
6. Camarões	3%	18%
7. República Centro-Africana	43%	41%
8. Chad	7%	21%
9. Colômbia (imigrantes venezuelanos)	30%	30%
10. Costa do Marfim	0%	15%
11. República Democrática do Congo	23%	49%
12. Djibouti	55%	40%
13. Equador (imigrantes venezuelanos)	23%	60%
14. El Salvador	16%	28%
15. Essuatíni (antiga Suazilândia)	23%	28%
16. Etiópia	8%	N/A
17. Gâmbia	6%	21%
18. Guatemala	14%	23%
19. Guiné	1%	9%
20. Guiné-Bissau	1%	11%
21. Haiti	32%	35%
22. Honduras	19%	28%
23. Iraque	7%	N/A
24. Jordânia (refugiados sírios)	14%	66%
25. Quênia	6%	N/A
26. Lesoto	19%	33%
27. Líbano (refugiados sírios)	34%	57%
28. Libéria	1%	15%
29. Líbia	5%	N/A
30. Madagascar	51%	22%
31. Malauí	22%	33%
32. Mali	5%	18%

33. Mauritânia	14%	24%
34. Moçambique	6%	27%
35. Myanmar	11%	N/A
36. Nicarágua	0%	N/A
37. Níger	4%	24%
38. Nigéria	5%	23%
39. Paquistão (áreas do Sind afetadas pela seca)	87%	11%
40. Palestina (territórios ocupados)	34%	17%
41. Peru (imigrantes venezuelanos)	14%	82%
42. Senegal	6%	26%
43. Serra Leoa	2%	23%
44. Somália	22%	22%
45. Sudão do Sul	59%	31%
46. Sudão	14%	31%
47. Síria	33%	13%
48. Turquia (refugiados sírios)	11%	61%
49. Uganda	3%	N/A
50. Ucrânia	18%	N/A
51. Iémen	53%	30%
52. Zâmbia	17%	28%
53. Zimbábue	20%	N/A

Fonte: WFP, 2019

No mapa abaixo vemos a parcela da população mundial que está em fase 3 (situação de Crise) ou acima de acordo com o FSNI, também com dados recentes. Como será possível observar, o continente africano é o triste protagonista desse mapa. No capítulo seguinte essa problemática será mais trabalhada.

Figura 3 – Mapa da parcela de pessoas em Fase 3 ou acima no CFI/CH em 2018



Fonte: FSIN, 2019

Segundo a Food Security Information Network, as piores crises alimentares em 2018 foram, por ordem de gravidade, no Iêmen, na República Democrática do Congo, no Afeganistão, na Etiópia, na República Árabe da Síria, no Sudão, no Sudão do Sul e no norte da Nigéria.

Para um olhar mais minucioso sobre a situação particular da fome em cada país, também podemos utilizar a tabela 1, que corresponde ao ranking do *Global Hunger Index* - Índice Global da Fome, estando disponíveis dados do índice dos anos 2000, 2005, 2010 e 2018, referentes aos 119 países analisados para fins de comparação ao longo das décadas. Assim, é possível olhar não apenas para a situação mundial de segurança alimentar com dados recentes, mas também com dados do início do século.

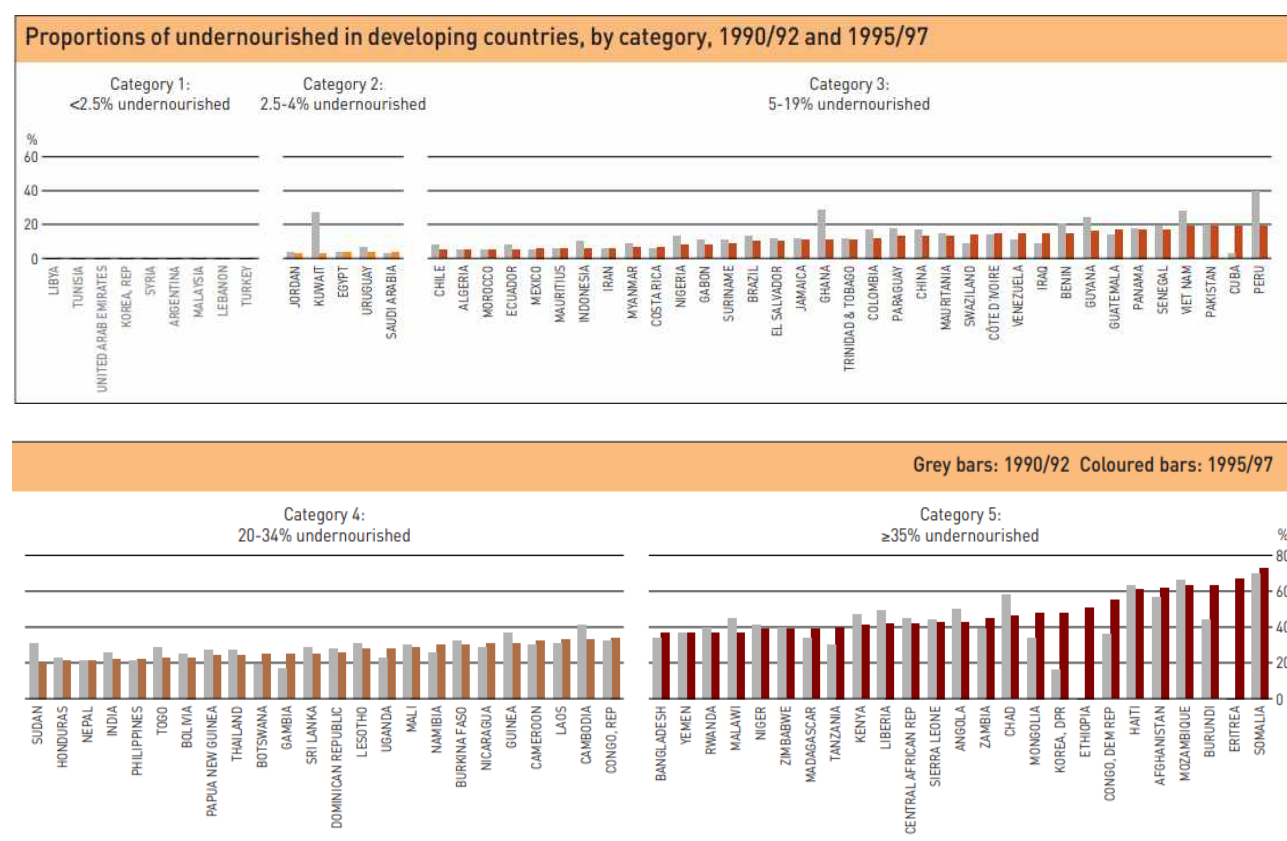
Tabela 1 – Ranking GHI 2000, 2005, 2010, 2018

Rank ¹	Country	2000	2005	2010	2018	Rank ¹	Country	2000	2005	2010	2018
2018 GHI scores less than 5, collectively ranked 1–15 ²	Belarus	5.0	<5	<5	<5	67	Sri Lanka	22.3	21.2	17.9	17.9
	Bosnia & Herzegovina	9.8	7.2	5.1	<5	68	Myanmar	44.4	36.4	25.9	20.1
	Chile	<5	<5	<5	<5	69	Philippines	25.9	21.6	20.6	20.2
	Costa Rica	6.1	5.6	5.0	<5	70	Guatemala	27.5	23.8	22.0	20.8
	Croatia	6.2	<5	<5	<5	71	Cameroon	41.2	33.7	26.1	21.1
	Cuba	5.3	<5	<5	<5	72	Nepal	36.8	31.4	24.5	21.2
	Estonia	6.7	5.4	<5	<5	73	Indonesia	25.5	26.5	24.5	21.9
	Kuwait	<5	<5	<5	<5	74	Iraq	26.5	24.9	24.4	22.1
	Latvia	6.9	5.0	<5	<5	75	Gambia	27.3	26.2	22.3	22.3
	Lithuania	5.0	<5	<5	<5	76	Swaziland	28.9	27.6	26.7	22.5
	Montenegro	—	—	<5	<5	77	Kenya	36.5	33.5	28.0	23.2
	Romania	8.3	6.8	6.1	<5	78	Cambodia	43.5	29.6	27.8	23.7
	Turkey	10.3	7.3	5.3	<5	78	Lesotho	32.5	29.7	26.3	23.7
	Ukraine	13.6	5.0	<5	<5	80	Benin	37.5	33.5	28.1	24.3
	Uruguay	7.7	8.1	5.4	<5	80	Namibia	30.6	28.4	30.9	24.3
16	Bulgaria	8.2	7.8	7.0	5.0	80	Togo	39.1	36.4	27.1	24.3
16	Slovak Republic	7.2	6.8	5.8	5.0	83	Lao PDR	48.0	35.8	30.3	25.3
18	Argentina	6.7	6.2	5.9	5.3	84	Botswana	33.1	31.2	28.4	25.5
19	Kazakhstan	11.3	12.4	8.8	5.5	85	Côte d'Ivoire	33.7	34.7	31.0	25.9
20	Macedonia, FYR	7.7	8.5	7.0	5.9	86	Bangladesh	36.0	30.8	30.3	26.1
21	Russian Federation	10.1	7.7	7.0	6.1	87	Malawi	44.7	37.8	31.4	26.5
22	Mexico	10.8	9.1	7.7	6.5	88	Mauritania	33.5	29.7	24.8	27.3
22	Serbia	—	—	6.7	6.5	89	Burkina Faso	47.4	48.8	36.8	27.7
24	Iran	13.5	9.4	8.1	7.3	90	Mali	44.2	38.7	27.5	27.8
25	Armenia	18.4	12.8	11.3	7.6	91	Rwanda	58.1	44.8	32.9	28.7
25	China	15.8	13.0	10.0	7.6	92	Guinea	43.7	36.8	30.9	28.9
27	Colombia	11.3	10.8	10.0	7.7	93	Ethiopia	55.9	45.9	37.2	29.1
28	Tunisia	10.7	8.6	7.6	7.9	93	Guinea-Bissau	42.4	40.3	31.0	29.1
29	Trinidad & Tobago	11.7	12.2	12.2	8.0	95	Angola	65.6	50.2	39.7	29.5
30	Georgia	14.6	10.5	8.4	8.1	95	Tanzania	42.4	35.8	34.1	29.5
31	Brazil	13.0	7.0	6.6	8.5	97	Papua New Guinea	30.9	28.2	34.3	29.7
31	Paraguay	13.9	12.5	11.4	8.5	98	Djibouti	46.7	44.1	36.5	30.1
31	Saudi Arabia	11.5	13.8	9.7	8.5	99	Congo, Rep.	37.8	37.2	32.2	30.4
34	Jamaica	8.4	8.2	8.5	8.6	99	Niger	52.5	42.6	36.5	30.4
35	Peru	20.9	18.4	12.5	8.8	101	Comoros	38.0	33.6	30.4	30.8
36	Fiji	9.8	9.3	8.6	9.0	102	Mozambique	49.1	42.4	35.8	30.9
37	Panama	19.8	17.7	12.6	9.1	103	India	38.8	38.8	32.2	31.1
38	Kyrgyz Republic	18.8	14.0	12.4	9.3	103	Nigeria	40.9	34.8	29.2	31.1
39	Algeria	15.6	12.9	10.6	9.4	105	Uganda	41.2	34.2	31.3	31.2
40	Azerbaijan	27.4	17.4	12.3	9.5	106	Pakistan	38.3	37.0	36.0	32.6
41	El Salvador	16.3	13.3	12.8	10.1	107	Zimbabwe	38.7	39.7	36.0	32.9
42	Suriname	16.0	12.5	10.5	10.2	108	Liberia	48.4	42.0	35.2	33.3
43	Dominican Republic	18.4	17.2	13.0	10.3	109	North Korea	40.3	32.9	30.9	34.0
44	Morocco	15.7	17.8	10.2	10.4	110	Timor-Leste	—	41.8	42.4	34.2
44	Thailand	18.3	13.3	12.9	10.4	111	Afghanistan	52.3	43.2	35.0	34.3
46	Oman	13.7	14.7	9.8	10.8	112	Sudan	—	—	—	34.8
47	Mauritius	15.9	15.2	14.1	11.0	113	Haiti	42.7	45.2	48.5	35.4
48	Jordan	12.2	8.5	8.3	11.2	114	Sierra Leone	54.4	51.7	40.4	35.7
49	Venezuela	15.2	12.7	8.4	11.4	115	Zambia	52.0	45.8	42.8	37.6
50	Lebanon	9.1	10.3	8.0	11.7	116	Madagascar	43.5	43.4	36.1	38.0
51	Ecuador	20.6	17.6	14.1	11.8	117	Yemen	43.2	41.7	34.5	39.7
52	Uzbekistan	23.7	17.9	15.6	12.1	118	Chad	51.4	52.0	48.9	45.4
53	Albania	21.6	16.9	15.4	12.2	119	Central African Republic	50.5	49.6	41.3	53.7
53	Turkmenistan	22.0	17.4	15.3	12.2	— = Data are not available or not presented. Some countries did not exist in their present borders in the given year or reference period.					
55	Guyana	17.8	16.9	15.9	12.6	Note: Rankings and index scores from this table cannot be accurately compared with rankings and index scores from previous GHI reports (see Chapter 1).					
55	Mongolia	31.7	24.9	15.8	12.6						
57	Malaysia	15.5	13.0	11.9	13.3						
58	Nicaragua	24.7	17.8	16.4	13.6	¹ Ranked according to 2018 GHI scores. Countries that have identical 2018 scores are given the same ranking (for example, Bulgaria and the Slovak Republic are both ranked 16th). The following countries could not be included because of lack of data: Bahrain, Bhutan, Burundi, Democratic Republic of Congo, Equatorial Guinea, Eritrea, Libya, Moldova, Qatar, Somalia, South Sudan, the Syrian Arab Republic, and Tajikistan.					
59	Honduras	20.6	17.7	14.7	14.4	² The 15 countries with 2018 GHI scores of less than 5 are not assigned individual ranks, but rather are collectively ranked 1–15. Differences between their scores are minimal.					
60	South Africa	18.1	20.8	16.1	14.5						
61	Egypt	16.4	14.3	16.3	14.8						
62	Ghana	29.0	22.2	18.2	15.2						
63	Gabon	21.1	19.0	16.7	15.4						
64	Viet Nam	28.2	23.8	18.8	16.0						
65	Bolivia	30.3	27.1	21.8	16.7						
66	Senegal	37.3	27.8	24.1	17.2						

Fonte: Global Hunger Index, 2018

No gráfico abaixo, para fins de comparação, o leitor encontrará no gráfico 1 o ranking da FAO dos países mais afetados pela fome na década de 90, extraído do primeiro relatório em 1999 da série anual intitulada *The State of Food Security and Nutrition in the World*, de forma que o leitor pode analisar os dados em relação à insegurança alimentar mundial da década de 1990.

Gráfico 1 - Proporção de subalimentação em países em desenvolvimento, por categoria, 1990/92 e 1995/97



Fonte: FAO, 1999

Abaixo, no quadro 3, o leitor encontrará um ranking dos países em situação alimentar mais grave em 2018, elaborado com base nos dados do quadro 2.

Quadro 3 – Ranking dos países em situação alimentar mais grave em 2018

1º	Iémen
2º	República Democrática do Congo
3º	Afeganistão
4º	Etiópia
5º	Síria
6º	Sudão
7º	Sudão do Sul
8º	Norte da Nigéria

Fonte: WFP, 2019

Ao fazer uma comparação entre os dados da década de 1990 e dos dias atuais, quase 20 anos depois, temos os mesmos países protagonizando o cenário da fome mundial. Mesmo havendo variação nos números desses países ao longo dos anos, com aumento ou queda do percentual da população afetada pela fome, o cenário internacional da fome continua sendo palco do terceiro mundo.

A Somália, que aparece no topo do ranking da fome nos anos 1990 no gráfico 1, passava, em 1991, pelo início de sua guerra civil, ainda em curso. O mesmo acontece com o primeiro lugar do quadro 3, o Iêmen, cuja guerra civil começou em 2015. Porém, o Iêmen já aparece em 1995 como tendo população em estado de fome igual ou superior a 35%. A República Centro Africana, outro país em estado gravíssimo de insegurança alimentar, também enfrenta um conflito doméstico desde 2012. A Eritreia teve conflitos domésticos nos anos 70 e 80, e Burundi na primeira década do século XX, até 2005, por isso figuram no topo do ranking dos anos 1990 no gráfico 1. Moçambique saía em 1992 de uma guerra civil de 15 anos de duração. A guerra no Afeganistão figura até hoje.

Ou seja, ao menos nos últimos 20 anos, os países mais afetados pela fome são os países que se encontram passando por guerras civis. Nesse sentido, é possível notar que as mudanças climáticas estão exacerbando, e talvez até causando, conflitos violentos, dificultando o trabalho de alimentar as pessoas. Alguns pesquisadores acreditam que uma seca severa na Síria ajudou a desencadear a guerra civil no território⁴. Outras guerras, do Sudão do Sul ao Iêmen, foram acompanhadas por eventos climáticos extremos.⁵

O que todos esses gráficos, tabelas e quadros nos mostram, é que não iremos identificar as Nações que mais sofrem da mazela da fome crônica procurando os países com episódios de fome mais escandalizados, visto que os países que apresentam a fome de tal maneira a apresentam em decorrência das guerras que a pouco ocorreram, ou ainda ocorrem, em seus territórios. Extrapolaria os objetivos deste trabalho realizar uma pesquisa sobre a participação direta ou indireta do Primeiro Mundo em guerras civis nos países subdesenvolvidos, mas não é um fato novo a influências dos países chamados desenvolvidos nos conflitos civis de países

⁴ De acordo com uma reportagem do The NY Times de 2015, cientistas sociais sugerem que a extrema seca na Síria entre 2006 e 2009, combinada com outros fatores, incluindo políticas equivocadas de agricultura e uso da água do governo sírio, causou falhas de safra que levaram à migração de 1,5 milhão de pessoas das áreas rurais para as urbanas. Isso, por sua vez, agravou as tensões sociais que resultaram no levante contra o presidente Bashar al-Assad em março de 2011.

⁵ Segundo reportagem da Reuters de 2019, no Sudão do Sul as mudanças climáticas estão encurtando e atrasando a estação das chuvas, enquanto quase 80% da população rural é afetada por secas e inundações. No Iêmen, a falta de leis para regular o uso da água, combinada com tensões climáticas como secas e calor extremo, agravou os problemas sociais e de saúde da população.

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento⁶. Assim, cabe, portanto, conceder atenção aos países classificados em situação moderada de fome, a fome que não aparece nos jornais, que não choca, que parece até não ser digna de atenção, que por vezes não mata, mas condena o indivíduo a limitações físicas e cognitivas por toda uma vida.

Com a nuvem de fumaça causa pelas guerras deixando as informações difusas, ficaria muito difícil realizar essa análise nos países em situação de fome gravíssima. As guerras merecem atenção, mas da guerra sempre se falou em voz alta, e como já pontuou Josué de Castro em seu célebre “Geopolítica da Fome”, de 1965, o desgaste humano produzido pela fome é bem maior do que o das guerras e das epidemias em conjunto, tanto em número de vítimas quanto em consequências biológicas e sociais. Castro completa que a fome é, não obstante, a mais efetiva e constante causa das guerras, e configura o mais propício preparo de terreno para a eclosão das grandes epidemias.

Segundo o economista brasileiro Ricardo Abramovay, em sua obra “O que é Fome” de 1983, em 1974 o Brasil era o sexto país do mundo em população gravemente desnutrida, vindo, a nossa frente, a **Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão** e Filipinas. Segundo a FAO, em um relatório intitulado Avaliação do Direito a Alimentação, de 2014, a maior parte das pessoas subnutridas encontra-se nos países em desenvolvimento, sendo que 60% vive em sete países: **Bangladesh, China, República Democrática do Congo, Etiópia, Índia, Indonésia e Paquistão**; 43% só na China e na Índia. Como o Brasil saiu do mapa da fome, e porque está em iminente perigo de voltar a compô-lo, é assunto para outra pesquisa. Por ora, foquemos em entender por qual motivo a maioria dos países não foi tão bem aventurada na luta contra a fome como o Brasil.

⁶ Verificar referência “FELLET, João. Em quantas guerras os EUA estão envolvidos (e o que muda com novo presidente)?” publicado pela BBC Brasil em 2016.

CAPÍTULO II: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E A ECONOMIA POLÍTICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A fome mundial está muito pouco relacionada à capacidade produtiva agrícola do mundo como um todo, sendo quase irrelevante questionar se o mundo consegue produzir comida suficiente para toda a população. De toda forma, a resposta a essa questão, segundo estudos da FAO (2012), é provavelmente positiva, pois existem recursos agrícolas o suficiente sobrando em determinadas partes do mundo, apenas esperando para serem utilizadas caso necessário. A seguir veremos de fato o que está por traz da maior parte do quadro de insegurança alimentar global.

Que as nações ricas impuseram um sistema econômico praticamente universal ao resto do planeta não é exatamente uma novidade. O ocidente buscou aplicar ao mundo os seus próprios conceitos de “desenvolvimento”, operando através das elites locais e vendendo a ilusão de que os lucros obtidos pelas elites aos poucos penetrariam as camadas sociais mais baixas, acontecimento este que se daria especialmente, é claro, pela adoção completa da tecnologia fornecida pelo ocidente. “Desenvolvimento”, como coloca George (1976), foi a senha para um novo tipo de dependência.

É possível traçar um paralelo entre as relações sociais de classe nos países da Europa no século XIX com o papel desempenhado hoje pelo terceiro mundo de classe operária. Da mesma forma que as classes detentoras dos meios de produção se opunham veementemente a quaisquer tipos de reformas no sistema que os beneficia e alegavam o desabamento da economia caso não fosse mais permitido que crianças de oito anos trabalhassem nas fábricas, no século XXI os grupos que se beneficiam dessa pobreza geradora da fome fazem de tudo para impedir que se abale o status quo entre o mundo dos pobres e dos ricos (GEORGE, 1976).

Nesse sentido, nos dias atuais, a razão pela qual um determinado produto agrícola comercial é cultivado em determinada nação muitas vezes é oriunda da posição em que se encontra alguma outra nação de ditar a esta, sua dependente, o que deverá cultivar. Na atual divisão do trabalho agrícola mundial os mais pobres se veem obrigados a produzir alimentos e matérias-primas para exportar para os mais ricos, uma lógica remanescente do período colonial (GEORGE, 1976).

Nesse sentido, vejamos o caso africano. A África é o primeiro continente que vem à mente de todo cidadão quando o assunto é fome, sendo segundo continente com maior população passando fome, atrás apenas da Ásia. Na figura 3, conforme visto no capítulo 1, a grande

maioria de seus países aparece destacada em vermelho contendo quadros alarmantes de fome. Por que isso ocorre?

A África Subsaariana é a região menos desenvolvida do mundo. Entre 1960 e 2015, a participação da África Subsaariana no comércio internacional representou 2% do comércio mundial, e sua participação no comércio externo foi através da produção de matérias primas tais como: combustível, minérios e metais. Os combustíveis contribuíram em termos médios com 56% do volume total das exportações; os produtos manufaturados com 19%; a agricultura com 18%; e outros produtos com 8%. A dinâmica das exportações da África Austral não se diferenciou da observada na África Subsaariana. A pauta de exportações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral esteve centrada em **produtos primários, com baixo valor agregado no mercado internacional**. As exportações de combustíveis contribuíram em 7% do total das exportações, e os minérios e metais com 19%, e por fim, os produtos manufaturados representaram 3% das exportações do bloco econômico (SIGAÚQUE, 2017). Qualquer correlação que se possa fazer com a situação de insegurança alimentar vigente no continente, não é mera coincidência.

Basta observar o cenário internacional para apreender que não há necessidade da existência de relações formais de dependência, tais como colônias e imposições imperialistas, para que um grupo de países controle o que outro grupo deve produzir, e além disso definir a remuneração da produção e do trabalhador. Muitas ex-colônias não saíram do sistema dos produtos agrícolas de exportação para entrar na diversificação da agricultura, esperando evitar que o valor de seus rendimentos em moeda conversível não abaixe demasiado. Porém, como veremos mais adiante, permanecer nesse modelo de produção não é tão vantajoso, pelo simples fato de que **os países produtores simplesmente não controlam o preço internacional de seus produtos**.

Nesse sentido, o leitor pode questionar-se se o atual momento em que vivemos se trata, portanto, de um neoimperialismo ou neocolonialismo. De uma forma geral, a resposta muito provavelmente é afirmativa. Porém, o debate sobre o que foi (ou é) de fato o imperialismo, no sentido mais econômico e detalhado, é amplo. Da economia política marxista emergiram várias teses sobre o imperialismo e sobre a reprodução da condição de dependência econômica nos países mais pobres do globo (América-latina e países asiáticos, sobretudo). A crítica da economia política marxista, mesmo com as possibilidades de apreensão da histórica que são possíveis a partir dela, por si não é capaz de fornecer elementos teóricos para a apreensão dos processos de acumulação que se instauraram no decorrer da capitalização das economias periféricas, consoante às demandas advindas das economias centrais. Daí a relevância das teses

sobre o imperialismo, bem como da chamada teoria marxista da dependência (XAVIER, 2017). O presente trabalho visa apresentar de forma sintética algumas das manifestações mais relevantes de tais teses, que contribuem para o estudo do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o presente estudo encontra nas contribuições fornecidas pela teoria marxista da dependência, que será abordada a seguir, fundamentos que podem ser utilizados na compreensão da atual dinâmica de acumulação modelo para países em desenvolvimento. Essa dinâmica consiste em uma participação, nos quadros do capitalismo global, de natureza particular que se fundamenta na importância da economia primária, de forma que, além do atraso estrutural que muitas vezes comanda os processos de acumulação nas Nações do Sul global, esta participação extrapola o fornecimento de commodities para os países desenvolvidos, na medida em que compartilha do circuito de expansão do capital financeiro em termos globais (XAVIER, 2017).

Lenin (1870 – 1924) deu grande contribuição às teses sobre o imperialismo. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lenin observara o caráter desigual de desenvolvimento das economias e como isto constituiria um entrave histórico para um processo revolucionário em termos globais. Em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1917), essa discussão é detalhada, destacando a situação histórica engendrada pelo colonialismo e a dependência econômica associada ao capital industrial monopolista e ao capitalismo financeiro em expansão, afirmando que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo (XAVIER, 2017).

O economista austríaco Rudolf Hilferding (1877 – 1941) em sua obra *O capital financeiro*, publicada pela primeira vez em 1910, aponta como a circulação do capital fictício, que possui o instrumento do juro, assegurará um domínio político e econômico por parte de um seleto grupo de países, e como esta dinâmica de acumulação que está ancorada no capital financeiro permitirá a expropriação das riquezas humanas e naturais nos países periféricos. Assim, o autor evidencia a nova dinâmica de acumulação de capital capitaneada pelos cartéis e pelos trustes sob a égide dos mercados monopolistas (XAVIER, 2017).

2.1 Teoria da Dependência

Seguindo nessa lógica da dependência entre nações, temos a Teoria da Dependência. Essa teoria surge no início dos anos 60, alguns anos após o surgimento da Teoria do Desenvolvimento, que surge no pós segunda guerra, e se propunha a “tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e

ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras” (DUARTE E GRACIOLLI, 2007).

Essa teoria se contrapõe ao “etapismo” desenvolvimentista de W. W. Rostow, criticado por George em sua obra de 1976 já mencionada. A formulação das “Etapas do Desenvolvimento” é atribuída a Walt Rostow, mas é bem possível que esta formulação tenha ganho sentido ao longo dos debates dos anos 1950, sendo o livro de Rostow apenas de 1960. O etapismo sugere que o desenvolvimento capitalista estaria aberto a todos os países que adotassem o capitalismo como ordem social e implementassem as políticas de desenvolvimento adequadas, incluindo uma abertura ao comércio internacional. Portanto, o etapismo explica a desigualdade observada na economia mundial como uma contingência de várias economias nacionais encontrarem-se em estágios diferentes de um mesmo estágio de desenvolvimento almejável. Segundo Duarte e Graciolli:

Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passa a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo. (DUARTE E GRACIOLLI, 2007).

O que se tem no modelo de Rostow é um mito de progresso linear, em que supostamente todas as sociedades se encontram em uma mesma escalada, porém em diferentes degraus, bastando que os países abram seus mercados com adoções de políticas liberais para chegar ao topo. Tal concepção é desonesta com a história, pois como colocou André Gunder Frank, em seu ensaio *The Development of Underdevelopment*, de 1966:

“até mesmo um conhecimento modesto da História mostra que o subdesenvolvimento não é original ou tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se assemelha sob qualquer aspecto importante, ao passado dos países hoje desenvolvidos. Os países agora desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não-desenvolvidos.” (tradução própria)

Os teóricos dependentistas argumentam que as origens do subdesenvolvimento remontam aos séculos XV e XVI e que o desenvolvimento dos países industrializados (Europa e Estados Unidos), se deu graças à apropriação da riqueza dos países africanos, asiáticos e da América Latina, de modo que o modo de produção capitalista expandiu-se para os países em desenvolvimento, mas as mais-valias criadas eram retiradas destes países e enviadas para os países do centro. A Teoria da Dependência, segundo Theotônio dos Santos⁷ identifica três momentos de relação de dependência: a dependência colonial (séculos XVIII e XIX), a dependência financeira e industrial (século XIX e início do século XX) e a dependência do pós-Segunda Guerra Mundial, que se caracteriza pelas relações de dependência estabelecidas pelas multinacionais. O papel das multinacionais no sistema econômico é um tema recorrente nas teorias do Estruturalismo Econômico. Lenin já havia se referido à internacionalização do capital em geral, e as multinacionais possuem papel igualmente determinante na visão marxista do sistema econômico internacional (GUIMARÃES, 2005).

Segundo a vertente marxista da Teoria da Dependência, a Divisão Internacional do Trabalho, que se deu a partir da Primeira Revolução Industrial no século XVIII, leva a um cenário de especialização produtiva. Tal especialização leva a uma troca desigual via superexploração da força de trabalho, característica, coloca Marini⁸ (1973), não presente no período colonial. Quando o Terceiro Mundo é forçado a seguir as determinações do Ocidente, tem-se a necessidade de produzir alimentos para exportação em troca de divisas a fim de obterem moeda para importação de seus produtos industriais.

A DIT se consolida de forma a colocar os países periféricos como produtores de bens primários. Como exportadores de produtos de baixa tecnologia e importadores de alta tecnologia, esses países sofrem com a deterioração dos termos de troca, pois é necessário intensificar sempre a produção dos bens primários para conseguir importar o mesmo bem tecnológico externo,

⁷ Economista brasileiro (1936-2018), está entre os formuladores da teoria da dependência e um dos principais expoentes da teoria do sistema-mundo, que será tratada a seguir no ponto 2.2.

⁸ O economista e sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini (1932–1997) é amplamente considerado o principal teórico da Teoria da Dependência. Marini estabelece três pontos de análise principais, são eles a exploração do trabalho, as transferências de valor e a reestruturação imperial.

devido ao processo chamado **depreciação dos bens primários**, que não configura de fato uma desvalorização real desses bens.

A Teoria da Dependência é uma interpretação das relações político-econômicas entre o Norte e o Sul global, vendo na estrutura histórica do sistema internacional a responsável pela situação de dependência dos países do Sul. A situação de dependência enfatizada pela teoria traduz-se no fato de que as relações entre os países do Sul e do Norte em matéria de comércio internacional se dá de tal forma que as economias de certos países são constrangidas pela expansão e desenvolvimento de outras. Em síntese, a sobrevivência do capitalismo depende do subdesenvolvimento dos países da periferia. Gunder Frank (1967) defende que os países do Sul se tornaram subdesenvolvidos como resultado dos processos de colonização, e não são economias inerentemente atrasadas, através da exploração o imperialismo gerou o subdesenvolvimento. Para os dependentistas a superação da situação de dependência implica orientar a produção agrícola para satisfazer as necessidades dos consumidores nacionais, defendendo a proteção comercial dos países em desenvolvimento da concorrência dos países industrializados, para permitir o seu desenvolvimento (GUIMARÃES, 2005).

No final dos anos 80, Marini observa um processo de internacionalização do capital, para aumentar a mais-valia extraída dos trabalhadores. Deste ponto de vista, Marini analisa o barateamento do transporte, a irrupção de novas tecnologias e a concentração de empresas, avaliando em particular o novo modelo de fabricação-exportação da periferia e a gerência desse novo modelo pelas empresas multinacionais (MARINI, 1993 apud KATZ, 2018). Com a globalização ocorre uma mudança qualitativa no funcionamento do capitalismo, que promove a liberalização do comércio e a adaptação das finanças à instantaneidade da informação, Marini identificou, e muito corretamente segundo Katz, o epicentro dessa mudança na manufatura globalizada, registrando a estreita conexão de tal internacionalização do capital com o padrão de produção flexível que substitui o fordismo (KATZ, 2018).

No entanto, o trabalho de Marini não nos fornece base o suficiente para tratar dos desequilíbrios comerciais, bolhas financeiras e superprodução de *commodities* que explodiram com a crise de 2008. Essa crise desestabilizou o sistema, mas sem reverter a globalização produtiva. O fim da URSS e a ascensão da China no cenário mundial são os acontecimentos que distinguem o período atual da era do trabalho de Marini. Com o colapso da URSS, a ofensiva neoliberal foi reforçada, as classes dominantes recuperaram a confiança e retomaram as rédeas do capitalismo (KATZ, 2018).

2.2 Da Teoria da Dependência à Teoria do Sistema-Mundo

Nos anos 1970 surge uma nova corrente do estruturalismo econômico, a Teoria do Sistema Mundo, que deve-se originariamente a Immanuel Wallerstein (1974), e desenvolvida posteriormente por outros autores, muitos destes teóricos dependentistas como Theotônio dos Santos, e cujo postulado básico será explicado a seguir.

Wallerstein se propõe a explicar a formação do sistema-mundo do século XVI – início do sistema capitalista - até os dias atuais, analisando o sistema capitalista como sistema mundial, juntamente com um estudo histórico. O autor defende que a unidade de análise é o sistema “mundo” e não os países. E dentro desse sistema as esferas econômicas, política e sociocultural estão intrinsecamente conectadas. Segundo essa teoria, o sistema mundo capitalista determina a organização do sistema internacional, e este apresenta algumas características: uma divisão do trabalho que resulta numa dependência econômica mútua entre os países; trocas internacionais cujo objetivo é a obtenção de lucros; e a existência de três grupos de países: os países do centro, da periferia e da semiperiferia, não sendo uma classificação fixa, pois países do centro podem tornar-se semiperiferia ou periferia e vice-versa (MARTINS, 2015).

A introdução do conceito de países semiperiféricos é o que distingue significativamente a Teoria do Sistema-Mundo da Teoria da Dependência (GUIMARÃES, 2005). Wallerstein desenvolve sua obra “O Sistema Mundial Moderno”, volumes I, II e III, a partir do conceito de divisão internacional do trabalho produzida pela estrutura capitalista. A tese central da obra é elaborada a partir desse conceito, enunciando que a componente central dessa estrutura internacional resulta na divisão do mundo em três estamentos hierárquicos, sendo eles centro, periferia e semiperiferia, como já colocado. Os países da semiperiferia, ora comportam-se como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário. Aspectos econômicos, políticos e culturais são importantes para caracterizar e definir se um país faz parte do centro, semiperiferia ou da periferia do sistema-mundo (MARTINS, 2015).

O padrão de troca desigual gerado a partir da divisão internacional do trabalho cria uma relação de dependência entre os países periféricos e os do centro, acentuando essa diferença econômica e fazendo com que tais Estados periféricos se tornem dependentes de empréstimos e de ajuda financeira e humanitária dos países centrais. Nesse sentido, a Teoria do Sistema Mundo de Wallerstein se aproxima da Teoria da Dependência (MARTINS, 2015). Na Teoria do Sistema Mundo existe a relação dialética dependencista entre centro e periferia e a relação também

dialética, mas diferente, centrada na disputa pelo poder econômico entre o centro e a semiperiferia. Essa teoria explica de forma consistente o aparecimento de novas economias industrializadas na economia política internacional, evolução que a Teoria da Dependência não previu inteiramente (GUIMARÃES, 2005).

2.3 Chutando a escada

Atualmente, há uma grande pressão vinda do mundo desenvolvido e das instituições de política de desenvolvimento internacional que este controla sobre os países em desenvolvimento, para que adotem um conjunto de "boas políticas" e "boas instituições" para a promoção de seu desenvolvimento econômico. De acordo com essa agenda, 'boas políticas' incluem políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio e investimento internacionais, privatização e desregulamentação.

É muito irônico que os países desenvolvidos tentem vender a receita do livre mercado como fórmula mágica do desenvolvimento econômico, quando a realidade é que nem eles mesmos seguiram tal receita. O economista heterodoxo sul-coreano Há-Joon Chang explica muito bem esta situação contraditória em seu livro de 2002 “Chutando a Escada”. O título do livro faz referência a parte de uma frase de Friedrich List, economista alemão do século XIX (1789-1846), defensor do protecionismo à indústria nascente.

O argumento central de Chang é que é possível comprovar que as políticas e instituições recomendadas atualmente aos países em desenvolvimento não foram adotadas pelos países desenvolvidos quando se desenvolviam. Chang reúne em seu trabalho várias informações históricas que contradizem a visão ortodoxa da história do capitalismo e fornece uma imagem abrangente, mas concisa, das políticas e instituições que os países desenvolvidos usavam quando eles próprios eram países em desenvolvimento. A verdade é que a maioria dos países desenvolvidos utilizou ativamente políticas comerciais e industriais hoje consideradas "ruins", como a proteção da indústria nascente e os subsídios à exportação. Até que estivessem bastante desenvolvidos, possuíam muito poucas instituições consideradas essenciais para os países em desenvolvimento hoje, incluindo instituições "básicas" como bancos centrais e empresas de responsabilidade limitada.

As teorias aqui apresentadas têm como foco entender a raiz do subdesenvolvimento que é experienciado no Sul global. Visto que nesses países é onde temos, como vimos no capítulo 1, a maior parcela de pessoas famintas, é necessário entender o que todos têm em comum: o

chamado subdesenvolvimento. Esse subdesenvolvimento, como é apresentado neste capítulo, tem origens históricas, e possui caráter estrutural. Não existe uma escada do desenvolvimento em que os países possam através de políticas liberalizantes subir até alcançar a glória do capitalismo. A permanência desse pensamento tem se refletido em crises em toda a periferia, que se reflete no prato vazio da população.

No capítulo a seguir tratar-se-á da dependência tecnológica dos países mais pobres frente os com maior poder econômico. Para se ter o que comer, antes de tudo é necessário plantar. E a agricultura requer insumos e tecnologias. Nesse sentido é importante tentar compreender como se estabelece então a produção de comida no globo. Quem fornece e quem compra? Quem planta e quem exporta? É disto que trataremos a seguir.

CAPÍTULO III: A NÃO NEUTRALIDADE DAS TECNOLOGIAS

No que tange às tecnologias para produção de alimentos, como George (1976) coloca em sua obra, nenhum instrumento de trabalho, nenhuma capacitação, nenhum cultivo importado para uma sociedade é “neutro”. Toda inovação terá uma consequência na vida no povo, em seu trabalho (ou na falta dele), no futuro de suas crianças e o quanto terão para comer. As elites do Ocidente apresentam diversas soluções tecnológicas, em bandejas de prata, às nações mais pobres, cuja receptividade pode estar atrelada ao sistema educacional dominante, baseado em modelos ocidentais de, assimilado por suas elites locais no exterior, nessa tentativa de modernização deturpada trazida pelas chamadas “burguesias nacionais” após o processo de descolonização (GEORGE, 1976).

A escolha do tipo de cultivo a ser semeado, por si, já é uma tecnologia, orientando os *inputs* requeridos, o nível de consumo e rendimento. A tecnologia empregada determinará o grau de dependência ou autossuficiência do país. Com frequência, as Nações mais poderosas têm ditado suas próprias estratégias de desenvolvimento, via classes dirigentes. George (1976) exemplifica esse processo com a introdução da soja no Brasil nos anos 1970. A soja necessita de processamento complexo para adquirir valor, e dessa função se encarregaram as maiores empresas norte-americanas. De 1971 a 1973 observa-se pequenas empresas de processamento falindo e enormes unidades tomando seu lugar, como a Cargill que inaugura nova fábrica em 1973. Os corredores de exportação para as multinacionais foram parcialmente financiados pelo Banco Mundial. A soja causou uma baixa do cultivo do milho, de forma que o milho para as rações do gado e das aves de corte tornou-se escasso, e o preço da carne bovina subiu mais de 60%. A soja reduziu drasticamente o volume de terra anteriormente dedicada ao cultivo do feijão preto, cujo preço devido à escassez apresentou aumento de 275% entre o fim de 1972 e agosto de 1973.

Se nem a mais básica tecnologia, a do cultivo, não é de modo algum neutra, que poderá ser dito dos modelos de desenvolvimento agrícola mais sofisticados? Visto que o subdesenvolvimento de hoje resulta, em grande parte, de uma história de colonialismo, seria sensato deduzir que quanto mais depressa os países mais pobres se libertassem desses modelos, técnicas e instituições de desenvolvimento ocidentais, melhor, pois esses modelos serão concebidos segundo interesses do Ocidente. É muito importante para os países desenvolvidos que os países mais pobres continuem a supri-los de matérias primas, e que sejam parceiros comerciais de confiança. Dito isso, há outra realidade óbvia que parece ainda não ter suficiente

reconhecimento: qualquer escolha de tecnologia automaticamente implica na escolha de um fornecedor dessa tecnologia e, conseqüentemente, de um sócio a longo prazo.

Para se produzir alimentos existem duas opções: escolher técnicas e inputs fornecidos pelas multinacionais, ou desenvolver um forte setor artesanal local. Se a opção é pelas multinacionais, e às importações ao invés da produção local, opta-se pela **dependência**. Toda tecnologia ocidental tem por objetivo obter uma maior produtividade por horas de trabalho humano, todos os países subdesenvolvidos possuem vastas populações rurais e apenas uma fonte realmente abundante de capital: gente. Não é necessário aqui insultar a inteligência do leitor apontando as contradições dessas duas situações opostas.

3.1 Uma Revolução nem tão Verde assim

Convencionou-se chamar de “Revolução Verde” o conjunto de iniciativas tecnológicas que transformou as práticas agrícolas e aumentou drasticamente a produção de alimentos no mundo. O local e a data de nascimento são: México, 1943. Quatro cientistas norte-americanos, financiados pela Fundação Rockefeller foram enviados ao México, que na época importava grande parte de seus alimentos dos Estados Unidos. Fundaram o predecessor do atual CIMMYT – Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo. O objetivo era criar plantas que produzissem uma maior quantidade de cereais comestíveis, aumento a produtividade sem aumentar as áreas de cultivo. Cereais tradicionais tendem a ter hastes altas, que lhes conferem a habilidade de receber mais luz solar, dominar as ervas daninhas pela altura e sobreviver a enchentes. Ao fazer com que nasçam, por exemplo, duas espigas onde antes nascia apenas uma, a haste logo se inclinará pelo peso da espiga, e tombarão. O problema a ser resolvido, por tanto era produzir plantas com hastes curtas e rígidas para sustentar os novos híbridos. E de fato, foram criadas as variedades de alta produtividade. Logo essas plantas passam a apresentar baixa resistência a doenças, além de precisarem de muito fertilizante e ótimas condições de irrigação para darem frutos. Pesticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizante e muita água. Na falta de apenas *um* desses elementos, a variedade de alta produtividade acaba por dar menos frutos do que daria uma variedade tradicional. Com a introdução das novas sementes, entre 1944 e 1967 os *outputs* de trigo triplicaram e os de milho duplicaram, e o México passou a exportar excedentes comerciais de cereal (GEORGE, 1976).

A partir desse sucesso, o modelo é exportado para a Ásia e no início dos anos 1960 é fundado nas Filipinas o IRRI – Instituto Internacional de Investigação do Arroz. E assim foi anunciado aos quatro ventos que a crise alimentar fora definitivamente vencida, que não mais o homem

passaria fome. Indianos, paquistaneses e turcos seguiam os caminhos do México sobre o trigo, e os ventos da Revolução Verde também chegaram no Afeganistão, Nepal e África do Norte. As novas variedades de arroz foram plantadas em Taiwan, Filipinas, Sri Lanka e novamente na Índia (GEORGE, 1976). E o que há de errado nisso tudo? Nada, exceto que, como já foi dito, não existe tecnologia neutra. Nenhuma inovação tecnológica consiste meramente em tecnologia. Essas novas sementes requerem inputs que geralmente não são produzidos nos próprios países subdesenvolvidos, e sem um desses inputs toda a estrutura que permite o “milagre” entra em colapso. Assim, o sistema se configura sem nenhuma falha: os países subdesenvolvidos, além de terem de comprar os *inputs* necessários para cultivo das sementes milagrosas, ao fazê-lo estarão financiando as companhias multinacionais agroindustriais, que são as responsáveis por suprir a nova demanda de *inputs*.

Em meados dos anos 1960, alguns países, incluindo a Índia, receberam grandes empréstimos da USAID para financiar importações de fertilizantes. Os EUA e o Banco Mundial fizeram enorme pressão sobre o governo indiano para que as multinacionais fossem encorajadas a investir na capacidade de produção local (GEORGE, 1976). Em 1965-66 a Índia estava às vésperas de mais uma epidemia de fome após um período de seca, e dependente do programa de ajuda alimentar do Estados Unidos, o Programa de Alimentos Para a Paz. Ou seja, para a Índia não restou outra escolha a não ser aceitar os termos norte-americanos.

Os três continentes pobres, que agora precisam importar quantidades de cereais tão grandes quanto exportavam até o começo da Segunda Guerra Mundial. O dispêndio com importações de cereais pelos países mais pobres (e com déficit alimentar) elevou-se mais de 50% entre 2007 e 2008, e ao longo das três últimas décadas do século XX os 49 países mais pobres do mundo passaram de exportadores para importadores líquidos (COUTO, 2010).

Um produto agrícola de exportação pode ser comestível, mas sem valor alimentar (café, chá) ou com valor alimentar. O que distingue o produto agrícola de exportação (alimentar ou não alimentar) dos cultivos “alimentares” é quem o consome e utiliza. Quase nunca são as mesmas as pessoas que produzem e as que consomem. O que ocorreu foi que muitos países passaram a utilizar suas melhores terras para cultivar produtos agrícolas de exportação sem valor alimentar, os cultivos coloniais. Não que os mais pobres destes países estivessem decentemente alimentados por estarem cultivando trigo ao invés de algodão, diga-se de passagem. Atualmente, os Estados Unidos são quem ocupam papel de abastecedores de alimentos e de grãos-alimentares do mundo em grande escala (com alguma assistência do Canadá, Austrália, Argentina e França), tentando impingir ao resto do mundo – e conseguindo – um modelo de

sistema alimentar intensivo e energético, expressamente orientado para o consumo de enormes quantidades de cereais e de produtos industriais.

Consequentemente os antigos países coloniais passaram a ser destinados a produzir outras mercadorias. Se examinarmos a rede de transporte, por exemplo, em quase todos os países pobres veremos que estradas e ferrovias não foram pretendem facilitar o comércio entre os países vizinhos, ou entre regiões do mesmo país, mas para transportar alimentos e matérias primas do interior para a capital e para os portos.

3.2 Resistência na periferia

Uma coisa que não pode passar batida quando falamos em Revolução Verde é o aconteceu em 2010 no Haiti. Neste ano, agricultores e agricultoras lideradas pelo Mouvement Peyizan Papay (MPP), o maior movimento camponês do Haiti, incentivaram a população camponesa a queimar sementes doadas pela Monsanto após o terremoto que ocorreu no país em janeiro de 2010. Em 4 de junho de 2010 cerca de 10.000 haitianos marcharam em protesto à presença da multinacional no país, se opondo ao que muitos entenderam como uma estratégia imperialista dos Estados Unidos. Inicialmente, a intenção da Monsanto era mandar sementes transgênicas para o Haiti, mas mesmo o corrupto governo haitiano sabia que isso provocaria uma rebelião, então a Monsanto decidiu habilmente enviar sementes híbridas. A Monsanto doou 475 toneladas de sementes híbridas de milho e vegetais e, juntamente com a USAID disponibilizou as sementes através de lojas operadas por associações de agricultores haitianos. As lojas vendem as sementes doadas com desconto e usam os recursos para comprar suprimentos para a próxima temporada (GMO OMG, 2013).

A justificativa para rejeição das sementes é que os camponeses haitianos se tornariam reféns da Monsanto se as plantassem. Sementes híbridas, como já vimos, requerem muita água, fertilizantes químicos e pesticidas. Além disso, se um pequeno agricultor tenta guardar sementes híbridas após a colheita, as sementes híbridas geralmente não se reproduzem ou crescem deficientes na segunda colheita, forçando o camponês a comprar sementes da Monsanto ou de outra empresa que faça parte do monopólio das sementes.

Para os camponeses haitianos, aceitar as sementes da Monsanto significaria abrir mão de suas próprias sementes crioulas, de sua soberania alimentar, e essencialmente de sua cultura e modo de vida. Lutaram por algo que perdemos sem nem nos darmos conta, acreditando que as sementes que dão vida ao alimento são a herança comum da humanidade; numerosas e diversas como há estrelas no céu, não pertencendo a nenhum dono, compartilhadas por todos.

A resistência haitiana, embora não muito documentada pela mídia como merecia, inspirou grandes protestos contra as sementes transgênicas que começaram a ocorrer a partir daí. Em 2013 um fenômeno intitulado “Marcha Contra Monsanto” se iniciou, e protestos contra as sementes transgênicas e pela soberania alimentar do povo ocorreram em 52 Nações e 436 cidades, inclusive no Brasil, e junto com eles uma pontinha de esperança se acendeu nos corações daqueles que acreditam em um mundo livre das sementes transgênicas, pois o primeiro passo – a conscientização da população, foi dado.

Outro louvável episódio de resistência camponesa que merece destaque ocorreu no Moçambique, em 2013. Tudo começou com uma negociação internacional entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão, para conceber o projeto de cooperação internacional que ficou conhecido como ProSAVANA. O ProSAVANA busca introduzir explorações agrícolas comerciais em uma área de Moçambique conhecida como corredor de Nacala. O projeto foi concebido em 2009 em reuniões entre o ex-presidente Lula e o ex-primeiro-ministro do Japão Tarō Asō, e oficialmente implementado em 2011. A ideia era reproduzir uma experiência brasileira ocorrida entre os anos 1970 e 1990: a ocupação agrícola do Mato Grosso através do projeto PRODECER, o "pai" do ProSAVANA. Aliás, o PRODECER, apresentado como uma verdadeira revolução a favor da produção de alimentos, [...] resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos de outras regiões” (SCHLESINGER, 2013 apud CATSOSSA, 2019).

Os camponeses moçambicanos já estavam familiarizados com a imposição dos interesses da agroindústria. Entre 2012 e 2015, camponeses que viviam em pequenas comunidades rurais no distrito foram obrigados a sair de suas terras após forte assédio governamental, recebendo por isso valores em torno de apenas 6.000 meticais (cerca de R\$530 reais). Ainda que o ocorrido não tivesse envolvimento direto com o ProSAVANA, a importância de Gurué está em sua localização geográfica, se encontrando nas proximidades do corredor de Nacala. Neste corredor, uma ferrovia construída pela Vale do Rio Doce liga a fronteira do Malauí ao Porto de Nacala na costa de Moçambique, fazendo de Nacala um dos mais importantes corredores logísticos da África. O governo de Moçambique concedeu as terras desapropriadas das famílias camponesas à Agromoz, uma empresa de capital misto brasileiro e português, que obteve uma concessão de 9 mil hectares, nos quais ela cultiva principalmente soja (Le Monde Diplomatique, 2018). Com as notícias sobre o ProSAVANA, os movimentos camponeses logo perceberam que deveriam se articular.

Por conta das críticas o programa até mudou de nome. Originalmente denominado «Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento agrário das Savanas Tropicais em Moçambique», passando a chamar-se «Programa do governo moçambicano com apoio técnico-financeiro dos governos do Brasil e do Japão», numa tentativa do governo moçambicano de escapar das críticas que vinham por parte dos acadêmicos e dos movimentos sociais nacionais e estrangeiros, segundo as quais, o ProSAVANA era um “programa vindo de fora do país” e concebido de “cima para baixo” (CATSOSSA, 2019).

Mesmo assim, a reação dos camponeses fez com que os planos de desenvolvimento da região norte de Moçambique não saíssem como o esperado. Organizações moçambicanas e movimentos de camponeses passaram a se mobilizar contra a articulação transnacional que se apropriava do corredor da Nacala. Uma das ações foi a mobilização de uma caravana para o interior do Brasil com o objetivo de entender o projeto de desenvolvimento agrícola realizado 30 anos antes e que inspirava o plano de desenvolvimento do ProSAVANA. Em novembro de 2013, uma delegação de cinco pessoas partiu para o interior brasileiro. Ao visitar o território brasileiro em que foi implementado a ocupação agrícola que inspirou o ProSAVANA, Abel Saída, da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), relatou que “todo o território está desarborizado. Não há nenhuma forma de vida, pois a utilização intensa de pesticidas e fertilizantes criou um deserto. A perspectiva de ver nossa terra transformada em uma paisagem vazia também nos pareceu um pesadelo.” (Le Monde Diplomatique, 2018). Um documentário elaborado com base na viagem e traduzido nas línguas locais foi postado no YouTube e circula em Moçambique.

Com clareza das reais intenções do projeto, as mobilizações locais iniciadas em Moçambique e na caravana para o Brasil foram ecoando pelo mundo. Em 2013, 23 organizações moçambicanas escreveram uma carta aberta para o governo do Brasil, do Japão e de Moçambique, denunciando a total ausência de um debate público amplo, transparente e democrático sobre o tema, documento co-assinado por outras 40 organizações internacionais. Com o tumulto gerado na mídia internacional em torno do ProSAVANA, os japoneses começaram a criar dúvidas sobre a pertinência do projeto, e os empresários brasileiros que visitaram o país a convite da GV Agro anunciaram que não estão mais interessados, os técnicos da Agência Brasileira de Cooperação retornaram para o país e o Fundo Nacala, que supunha levantar US\$ 2 bilhões, discretamente fechou. A negociação naufragou e o ProSAVANA foi congelado em 2015 (Le Monde Diplomatique, 2018).

Os ideais da Revolução Verde estão sendo negados pelo campo. A Revolução Verde é um sistema complexo para a dominação da agroindústria, para determinar o que, quanto, como, onde e por quanto os agricultores do Terceiro Mundo irão produzir. Os velhos impérios coloniais desapareceram, mas não foram esquecidos. Os interesses ocidentais se ajustaram aos tempos que mudam. Os “avanços” da Revolução Verde são, na verdade, uma grande ameaça à soberania alimentar dos países periféricos, que são convencidos a abrir seus mercados e destinar suas terras aos interesses das multinacionais do agronegócio.

A produção agrícola mundial tem se concentrado em monoculturas, com a expectativa de obter aumento do volume produzido e assim conseguir alimentar toda a população do planeta. Porém, na realidade as consequências ambientais e sociais desse modelo têm sido desastrosas, além de provocar a destruição da biodiversidade e esgotamento dos solos, os países das regiões mais pobres do planeta estão passando fome, pois foram convencidos a adotar uma produção primária e destinada, quase que exclusivamente, para exportação (ZIMMERMANN, 2009). Dessa forma, a acumulação do capital em escala global se dá com a transferência de recursos da periferia para o centro, de acordo com a divisão internacional do trabalho. No capítulo a seguir trataremos sobre como a ideologia e práticas neoliberais alteraram a dinâmica da acumulação do capital para se manter.

CAPÍTULO IV: QUANDO O NEOLIBERALISMO MATA DE FOME

O que se observa é que abrir seus mercados e oferecer suas terras às multinacionais do agronegócio não está sendo um bom negócio para os países periféricos. Tal conduta tende a agravar a situação de insegurança alimentar dos países, pois se tornam cada vez mais dependentes de importações e reféns das flutuações de preço internacionais para conseguir se alimentar. A ideologia neoliberal é uma grande inimiga da segurança alimentar, pois as práticas por ela defendidas se mostram agravantes da pobreza e do subdesenvolvimento. Neste capítulo trataremos um pouco mais do papel do neoliberalismo na crise alimentar global.

4.1 A crise alimentar dos anos 2000 e a precificação dos alimentos

A crise global, termo de Claudio Katz para designar o que avalia como uma crise do capitalismo desde o início dos anos 2000 até o momento atual, tem afetado a periferia clássica, impactando duramente economias exportadoras de bens primários. Segundo Katz (2016) a periferia clássica não possui os instrumentos dos quais dispõem as economias intermediárias para atenuar sua situação em contextos muito desfavoráveis. Essas economias foram muito afetadas pelas condições políticas impostas pelo neoliberalismo com a eliminação dos contrapesos que limitavam uma polarização mundial.

É certo que a acumulação do capital em escala global sempre ocorreu a partir da divisão internacional do trabalho, com a transferência de recursos da periferia para o centro. Na etapa neoliberal, essa dinâmica de polarização foi mudando as localizações da acumulação do capital para se manter. Verificamos essa polarização no agravamento dramático da fome, que desde 2003 vêm se acentuando pelo ciclo ascendente dos preços de alimentos. Até 2008, se observava uma escassez concentrada nos cereais e em certas oleaginosas, mas atualmente, defende Katz, está abrangendo todos os produtos.

O preço dos alimentos impacta de modo muito significativo os níveis de renda e salários reais, e consequentemente o padrão alimentar/nutricional das pessoas. Segundo consta no site oficial da ONU, com os preços internacionais dos alimentos atingindo níveis sem precedentes, os países procuraram maneiras de fugir da escassez de alimentos e potenciais choques de preços, de forma que vários países exportadores de alimentos impuseram restrições à exportação, e alguns principais importadores começaram a comprar os grãos a qualquer preço para manter o abastecimento interno. Tal conjuntura resultou em pânico e volatilidade nos mercados internacionais de grãos, bem como atraiu investimentos especulativos a mercados futuros e opcionais de grãos, o que fez com que os preços subissem ainda mais.

Segundo Katz existem três explicações para a interminável inflação dos alimentos. A primeira delas diz respeito à especulação futura dos preços dos cereais e a consequente formação das “bolhas”. Antes dos anos 2000, o mercado futuro dos alimentos possuía regulamentação e estritas exigências de informação a respeito da atuação dos *traders*. Porém essas regulamentações foram abolidas e o mercado aberto à capitais de curto prazo. Assim, compram e vendem *commodities* o tempo todo sem nunca ter de sequer olhar para uma saca de milho, e sua presença no setor se multiplicou seis vezes de 2002 a 2008 (Gosh 2012 apud Katz 2016). As leis do mercado fazem com que unicamente a demanda solvável seja atendida, ou seja, a demanda cujos demandantes dispõem de dinheiro suficiente para comprar o que desejam e/ou necessitam. O que distingue um especulador de qualquer outro operador econômico é o fato de que ele não compra para seu próprio uso. O especulador não é o gerador dos preços dos alimentos, mas através de sua intervenção de compra para revenda, acelera este processo.

Outra explicação aborda que a valorização dos alimentos é consequência de atividades que encarecem diretamente produtos básicos, que é o caso da expansão do uso de produtos das cadeias de valor de alimentos para fins de biocombustível, como açúcar, a soja e milho, dentre outros produtos. Essas atividades aumentam o custo dos insumos e esgotam os solos. Os preços também sobem devido ao encarecimento do petróleo. Uma terceira explicação encara a valorização dos preços dos alimentos como um problema estrutural devido a entrada de novos compradores asiáticos. Com a ascensão da China e Índia na economia global houve um aumento rápido e em certo sentido inesperado da demanda por alimentos, com impacto sobre os preços internacionais e nacionais, com efeitos diretos sobre a segurança alimentar.

Segundo Delgado (2010), a pressão dos preços do petróleo sobre a oferta agrícola apresenta caráter mais duradouro que os choques de demanda, de forma a gerar aumento dos custos agrícolas, em especial transporte, insumos e maquinário. Couto (2010) coloca que, em relação à crise dos preços de alimentos, atribui-se certo peso aos subsídios aplicados por países desenvolvidos, que distorce significativamente os preços internacionais de diversos produtos, bloqueando a inversão⁹ produtiva da agricultura de países “atrasados”. Outro fator destacado pelo autor é a redução das áreas passíveis de apropriação agrícola devido à urbanização, estando esse fenômeno conectado à especulação de terras rurais. Segundo o autor este é um caso típico do sudeste da Ásia, que registrou reduções no cultivo de arroz.

⁹ A inversão inclui tanto a compra de novos elementos para incorporar a estrutura produtiva das empresas (maquinarias, computadores, automóveis, instalações etc).

Por fim, Couto (2010) fala sobre o fenômeno da progressiva redução do nível internacional de reservas de alimentos, em especial de cereais, que remonta à década de 1990. Com a finalização dos acordos da Rodada Uruguai do extinto GATT¹⁰, houve uma redução induzida das reservas alimentares dos principais países exportadores. Também ocorreu o desenho e operacionalização de novos instrumentos financeiros de suporte à comercialização agrícola. Notadamente, nesta conjuntura de abertura econômica e liberalização dos mercados, o objetivo era a diminuição dos obstáculos às importações e limitações do uso de subsídios para exportações.

É muito provável que as três explicações aqui apresentadas (aumento da demanda global, a expansão dos biocombustíveis e especulação financeira) sejam complementares acerca do mesmo fenômeno. O plano de fundo deste triste fenômeno têm sido a globalização neoliberal, responsável por impor uma reconversão agrícola que é favorável à exportação e ao agronegócio, mas muito nociva ao campesinato e à segurança alimentar.

A atual crise que se desenha é explicada, de acordo com Katz (2016) pelas transformações neoliberais ocorridas nas últimas três décadas, período que começa com o tatcherismo e é reforçado pelo colapso da União Soviética. Esse período é marcado por privatizações, abertura comercial e flexibilizações do emprego, e foi dessa forma que o neoliberalismo modificou o funcionamento do capitalismo, que resulta no aumento da desigualdade social, devido, entre outros motivos, à precarização de todas as categorias profissionais criando uma situação de trabalho informal perversa.

4.2 OMC, FMI e Banco Mundial

Os três cavaleiros do apocalipse da fome organizada são a OMC, o FMI e, em menor medida, o Banco Mundial, como coloca Ziegler, em sua obra intitulada “Destruição em Massa: Geopolítica da Fome” (2013). O atual presidente do Banco Mundial é David Malpass, desde abril deste ano, que atuou como assessor econômico de Trump durante as eleições em 2016, em 2017, foi confirmado subsecretário do Tesouro para Assuntos Internacionais do Departamento do Tesouro. A atual diretora-geral do FMI é Kristalina Gueorguieva, búlgara que foi vice-presidente do Banco Mundial em 2008, e diretora-geral do Banco Mundial entre 2017 e 2019. O atual diretor-geral da OMC é um brasileiro, o diplomata Roberto Azevêdo, indicado pelo governo Dilma e assumindo em 2013, e em 2017, foi indicado pelos membros

¹⁰ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês, General Agreement on Tariffs and Trade), acordo internacional estabelecido em 1947 substituído pela OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1995.

da OMC, por consenso, para permanecer no cargo de diretor-geral da entidade por mais quatro anos.

Tanto FMI como Banco Mundial são fruto do Acordo de Bretton Woods, em 1944, e são partes integrantes do sistema ONU. Já a OMC surgiu em 1995, sucedendo o GATT, e é uma organização autônoma que não depende da ONU. As instituições que emergiram do acordo de Bretton Woods estavam subordinadas aos interesses da política externa norteamericana. A delegação americana propôs que o poder de voto fosse baseado nas cotas de contribuição de cada país, e com 1/3 de todas as cotas, Estados Unidos garantiram um poder de veto efetivo sobre as futuras decisões das instituições (PEET, 2003).

Inicialmente, a intenção com a criação do Banco Mundial era que este ficasse responsável por financiar a reconstrução dos países europeus no pós segunda guerra, e o FMI deveria tentar reformar o sistema monetário internacional, concedendo crédito aos países membros para correções em seus balanços de pagamento. Atualmente, no entanto, as atuações do FMI e BM se confundem, sendo distinguir as atuais diferenças das duas instituições uma tarefa cada vez mais difícil. Ambos assumiram funções muito similares de empréstimos à países em desenvolvimento, como já foram expostas neste trabalho algumas práticas do Banco Mundial, atentemo-nos aos casos do FMI.

Segundo Ziegler, o FMI e a OMC desde sempre foram os inimigos mais determinados dos direitos econômicos, sociais e culturais, e notadamente do direito à alimentação, pois, como coloca, os funcionários e burocratas da OMC se horrorizam com qualquer intervenção normativa que altere o jogo do livre mercado. E é justamente este livre mercado que está impedindo o exercício do direito à alimentação nos países periféricos. Por trás do que Peet (2003) chamou de *unholy trinity*, leia-se FMI, BM e OMC estão, além dos EUA, seus tradicionalíssimos aliados: as sociedades transcontinentais privadas. Os dados trazidos por Ziegler evidenciam uma concentração e centralização de capital preocupante, para dizer o mínimo: 1/4 dos recursos produtivos mundiais são controladas pelas duzentas maiores sociedades do ramo agroalimentar. O controle crescente que tais sociedades exercem sobre a produção e comércio dos alimentos impacta significativamente a segurança alimentar. Essas sociedades muitas das vezes possuem recursos financeiros maiores do que os países em que operam, e controlam não apenas os preços e o comércio dos alimentos, mas também setores essenciais da agroindústria como sementes, adubos, pesticidas, estocagem, transporte etc.

Para se ter uma noção dessa concentração de capital, os dados são de que dez empresas – incluindo Aventis, Monsanto, Pioneer e Syngenta – controlam 1/3 do mercado de sementes e 80% do mercado de pesticidas. Outras dez empresas, entre elas Cargill, controlam 57% das vendas dos trinta primeiros maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das cem maiores empresas produtoras de alimentos e bebidas. Citando Horman (2006), Ziegler (2013) coloca que seis sociedades concentram cerca de 85% do comércio mundial de cereais, oito dividem cerca de 60% das vendas mundiais de café, três controlam mais de 80% das vendas mundiais de cacau e entre três é dividido cerca de 80% do comércio mundial de bananas. Ufa! Realmente não é pouca coisa, das sementes aos insumos, da estocagem à distribuição... eles ditam a lei. E a influência das sociedades transcontinentais privadas da agroindústria nas estratégias das organizações internacionais é notória e muitas vezes decisiva. Defendem que, para combater a fome, é necessária uma industrialização levada ao limite juntamente com o fim da agricultura familiar considerada “improdutiva”, e a liberalização tão completa quanto possível do mercado agrícola mundial.

Nesse caso talvez nem se trate de um cinismo, os defensores do livre mercado realmente juram de pés juntos que através da liberalização e da privatização se garantirá automaticamente o acesso à alimentação adequada e o mercado liberado derramará, como uma chuva de ouro, suas bênçãos sobre a humanidade. Admitem, é claro, a ocorrência de uma perturbação ou outra no mercado liberalizado, porém tudo ficará bem pois é para isso que existe a ajuda alimentar internacional de urgência. Aqui por ora não nos cabe entrar no polêmico debate sobre a ajuda alimentar e seus impactos desestruturantes, mas que fique registrado: o debate existe¹¹.

No extenso e detalhado trabalho de Sigaúque (2017), a respeito de Moçambique e sua estruturação econômica histórica o autor conclui que a abertura da economia ao mercado, em 1987, sob tutela do FMI e do Banco Mundial visando promover as reformas estruturais e conjunturais subscritas do Programa de Reabilitação Econômica, levou aprofundamento da dependência produtiva, comercial e financeira no país.

Um estudo da Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam) demonstra que em todos os lugares onde foi aplicado pelo FMI um plano de ajustamento estrutural, entre 1990 e 2000, novos

¹¹ Argumenta-se que ao aumentar a oferta local de alimentos, essa ajuda pode diminuir os preços e, portanto, prejudicar a renda dos agricultores rurais nos países beneficiários, por exemplo; também pode desencorajar a produção local. E, como os pobres geralmente estão concentrados nas áreas rurais, a ajuda alimentar pode de fato afetar desproporcionalmente os pobres (segundo o National Bureau of Economic Research).

milhões de seres humanos foram incorporados à realidade da fome. E por que isso acontece? Bom, visto que o FMI está encarregado da administração da dívida externa dos 122 países considerados terceiro mundo, os países devedores possuem necessidade de divisas para amortização de sua dívida, que são obtidas exportando bens manufaturados ou matérias primas, que lhe serão pagos em divisas. Dos 54 países da África, 37 são quase inteiramente agrícolas (ZIEGLER, 2013).

O FMI, entre outras demandas, exige a ampliação das culturas coloniais, para exportação no mercado mundial e obtenção de divisas. Também exige abertura dos mercados às sociedades transcontinentais privadas e privatizações. Alguns exemplos da atuação do FMI nesse sentido são o Níger com a privatização do Departamento Nacional de Veterinária nos anos 1990, o Haiti nos anos 1980 com o fim da tarifa protetora e consequente destruição da produção nacional de arroz, e a Zâmbia nos anos 1990 com a supressão dos subsídios e subvenções estatais para compra de adubos, sementes e pesticidas. Gana, em 1980, foi alvo do mesmo duro golpe. A disseminação da fome foi a consequência dessas políticas (ZIEGLER, 2013).

As normas de livre comércio impostas pela OMC forçaram a especialização exportadora de muitos países periféricos, que perderam suas reservas nacionais de alimentos e ficaram desprotegidas, o que abriu caminho para que as economias ditas desenvolvidas descarregassem seus excedentes sobre as comunidades desamparadas com o fim do cultivo de subsistência (KATZ, 2016).

No âmbito das negociações internacionais, supõe-se que o comércio internacional em si próprio é fonte confiável de segurança alimentar, suposição que está longe da realidade dos países de Terceiro Mundo, pois o comércio internacional destes países não assegura a geração das rendas de exportação que seriam necessárias para importar alimentos, e também não garante a oferta interna regular de alimentos a preços reduzidos (MALUF, Renato, 2007).

4.3 Uma possível saída

O presente trabalho compartilha da visão heterodoxa da economia, trabalhando com a hipótese de que a máxima do livre mercado é uma farsa que atrasa o desenvolvimento das Nações mais pobres, e condena sua sociedade à uma triste miséria crônica. O Estado, nesse sentido, se apresenta enquanto ator central para que possa ser, se não superado, ao menos amenizado o sofrimento do povo.

Isto posto, de forma simplificada, apresenta-se a visão defendida por Ebenézer Pereira Couto (2010), cujo trabalho aqui referenciado fala sobre a importância de um *vetor estável* de preços agrícolas para que haja uma gestão adequada dos preços pagos aos agricultores, pois para controlar a instabilidade dos preços e mercados que é típica da agricultura, faz-se necessária a intervenção pública. Nos últimos anos vem ganhando força a compreensão de que a alta persistente dos preços dos alimentos é de caráter estrutural, e nesse sentido, a regulação pública possui papel importante para tornar a distribuição de renda dos países mais equitativa, sustentando as bases de um desenvolvimento a longo prazo.

O autor embasa-se na fundamentação teórica pós-keynesiana do *forjador de intercâmbio*. Considerando que os mercados de *commodities* possuem estruturas peculiares de formação de preço, atreladas à ótica da liquidez e do financiamento, que coloca a formação de preço desses bens em uma perspectiva especulativa, e também considerando-se que grande parte dos bens de consumo que compõem a cesta básica alimentar está inscrita na categoria de *commodities*. A formulação teórica visando a compreensão da instabilidade endógena desses mercados terá de perpassar, por conta de seu alto grau de imprevisibilidade, pela discussão da incerteza e das expectativas.

Nesse sentido é que se observa a importância do papel de instituições de mercado e/ou do Estado enquanto instâncias provedoras de condições mais ou menos estáveis para avaliar os bens duráveis nestes mercados incertos. O grau de liquidez associado com qualquer bem depende da organização e da ordem do mercado em que esse bem é negociado (DAVIDSON 1978 apud. COUTO 2010).

Compreendido como *forjador de intercâmbio*, o Estado assumiria o papel de instância provedora de condições de ordem e liquidez ao longo do tempo em relação ao preço monetário. A ação do Estado em favor do livre-cambismo e da desregulação, desativando o gerenciamento governamental da comercialização agrícola, é na concepção de Delgado (1993) uma desqualificação das políticas de manutenção de estoques de alimento pelos governos. A intervenção pública, completa o autor, não deve parar na mera geração das condições de ordem e liquidez, questionando então, o potencial do forjador de intercâmbio em resolver questões estruturais do mercado de cunho essencialmente político.

A intervenção pública na esfera do abastecimento também se justifica por uma natureza política, quando pensamos no forte papel que desempenha a estabilidade dos preços de alimentos na legitimação do Estado. Sobre a intervenção pública em contextos onde

predominam os interesses dos complexos industriais, a argumentação básica é que sua atuação estaria relacionada à incorporação de interesses de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Já no campo dos consumidores sugere-se a elaboração de uma espécie de pacto de estabilidade, em que se comprometa o acesso regular à uma cesta de consumo com preços compatíveis e condições de estabilidade.

A regulação econômica dos preços dos alimentos consiste em uma questão altamente relevante quando se vive atualmente contextos socioeconômicos de distribuição de renda **estruturalmente assimétricos**. O estoque alimentar, antes de se constituir como mera *commodity*, deve ser entendido como instrumento de política pública para que através dele se provenha estabilidade de preço, pensando no Estado como responsável por um manejo de estoques dando condições para o abastecimento alimentar da população.

Assim, a proposta de uma intervenção estatal nos preços se coloca como uma possível alternativa para alcançar, se não a superação completa, ao menos a amenização da dependência financeira e industrial (século XIX e início do século XX) dos países periféricos e da dependência do pós-Segunda Guerra Mundial caracterizada pelas relações de dependência estabelecidas pelas multinacionais, a partir da intervenção pública nos interesses dos complexos industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor-se a responder à pergunta “como resolver o problema da fome no mundo?” é tarefa bastante ambiciosa. O presente trabalho não possui de nenhuma maneira o objetivo de encerrar o debate sobre a fome mundial e seus desdobramentos. Muito pelo contrário, o objetivo deste trabalho é de caráter introdutório, a fim de suscitar o debate acerca da fome e suas implicações. Existem propostas mais moderadas e mais radicais, que vão desde uma interferência estatal na economia à guerrilha armada. Qualquer que seja a resposta que julgaremos mais correta, para decidir será necessário antes de tudo iniciar e fomentar o debate. A fome parece ter virado assunto do passado, tema fora de moda, discussão batida. O mundo parece ter se acostumado com a ideia de que algumas pessoas vão morrer de fome e não há muito a ser feito. Não podemos permitir que isso aconteça. O debate sobre a problemática da fome é totalmente atual, hoje **821.6 milhões de pessoas** passam fome, uma em cada nove pessoas no mundo. A maior das catástrofes mundiais é a miséria humana, a maior violação de direitos que existe é ter o desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas comprometido por falta de alimento.

O presente trabalho se propôs a trazer à tona as questões mais relevantes acerca da fome mundial, numa tentativa de investigar, por meio de teorias e fatos históricos, por que tanta gente passa fome como funciona o sistema alimentar global, no sentido de utilizar a fome global como pano de fundo da pobreza generalizada afim de evidenciar a raiz de tal problema, que, segundo a pesquisa realizada para este trabalho, se encontra no mercado internacional e na organização e evolução do capitalismo em cada região. O arcabouço teórico utilizado no presente trabalho de forma nenhuma representa a totalidade de teorias relacionadas ao estudo da fome e da dependência da periferia. Por se tratar de uma tentativa de examinar a dependência da periferia global de forma mais geral, as conclusões baseadas nas teorias apresentadas podem não se aplicar a todos os países, visto que cada país possui suas especificidades históricas, políticas e econômicas, o faz com que ocorram casos de países periféricos e semiperiféricos fora da curva da dependência. O debate sobre a fome é sem dúvida um debate amplo e extenso, que abrange além da área de economia política internacional, o âmbito do agronegócio, direitos humanos, historiografia entre outros. O leitor poderia argumentar que o advento da fome não é fenômeno novo na história humana e que esta inclusive precede a difusão do neoliberalismo nos anos 1980, que entendido pela presente pesquisa como o catalisador do fenômeno da fome e miséria global. No entanto, o presente trabalho, por se tratar de uma pesquisa de caráter político-econômico e não histórico, se limitou à análise da problemática da fome mundial a

partir do pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente no pós-Guerra Fria, analisando as problemáticas mais relevantes a partir deste período da história recente.

A tentativa deste trabalho foi a de trazer os debates centrais a respeito do assunto, trazendo um arcabouço teórico básico sobre a questão da fome para que se possibilite o início do debate, se tratando de um trabalho de caráter mais introdutório do que de fato conclusivo, dada a grande extensão do debate. O presente trabalho não aborda, por exemplo, as experiências já registradas de políticas públicas no combate a fome, bem como não aborda, pois extrapolaria os limites de conteúdo designados a este trabalho, o extenso histórico da resistência brasileira, e de outras regiões, no combate à fome e a desigualdade. Ambas as questões possuem grande importância e que devem ser debatidos para um entendimento mais claro do debate da fome.

Outro ponto de discussão que pode ser aprofundado no debate é o fato de que, como colocou Ricardo Abramovay em “O que é fome” (1983), a civilização ocidental é uma grande máquina de reduzir alimentos, argumentando que se com doze calorias de trigo se obtém doze calorias de pão, este mesmo trigo se dedicado à alimentação animal renderá apenas uma caloria de carne ou frango, sendo necessárias em média sete calorias de origem vegetal para se obter uma caloria de origem animal. Utilizamos grande parte de nossa produção de grãos para alimentar animais, e que este não tem se mostrado um método muito eficiente de nos alimentarmos. Isso é o que está acontecendo com a produção no Brasil por exemplo, que é um grande produtor e exportador de soja, mas a maioria desses grãos não é ingerida diretamente por humanos, e sim servida como alimento para animais que posteriormente viram alimento.

Segundo Peter Singer (2016)¹² essa soja for servida para o gado bovino, por exemplo, nós obtemos apenas 10% do valor nutricional original desses grãos. Se for servida para galinhas, nós obtemos 1/3 do valor nutricional original. Não existem animais criados que comemos que nos deem em retorno ao menos a metade do valor nutricional dos alimentos que eles comem em vida. A importância deste fato para a pobreza global, é que poderíamos produzir muito mais alimentos ou teríamos muito mais alimentos disponíveis se não servíssemos esses grãos para alimentar animais. Portanto estaríamos contribuindo para a diminuição de preços dos alimentos do mundo. Estima-se que mais pessoas tenham passado fome devido ao aumento dos preços dos alimentos. A população pobre não consegue mais pagar pela comida, dessa forma seria interessante pensar na utilização mais eficiente dos alimentos que produzimos, permitindo que

¹² Os dados apresentados foram compartilhados por Singer no programa de TV brasileiro Café Filosófico exibido pela TV Cultura em 2016, no episódio “Ética na Alimentação”. Peter Singer é um filósofo australiano, professor na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, atuante na área de ética prática.

uma parcela maior deles seja distribuída nos mercados globais, visando evitar que os países desenvolvidos sozinhos absorvam a maior parte dessa comida, indiretamente, aos alimentarem dos produtos derivados de animais, enquanto os países subdesenvolvidos são frequentemente forçados a aceitar vendê-los por um preço muito baixo, pois estão em uma posição enfraquecida para barganhar com as grandes corporações influentes sobre seus territórios.

Como alternativa para lidar com a problemática da fome foi apresentado nesta pesquisa o conceito do vetor estável de preços, com base na regulamentação estatal como ponto de partida para que se possa ao menos atenuar os efeitos da instabilidade de preços dos alimentos, atribuindo importância primordial à atuação do Estado na economia. Porém, a simples intervenção estatal na economia por si só não garante a diminuição da desigualdade, pois até mesmo neoliberais recorrem à forte presença do setor público quando lhes cabe administrar a economia. Esse comportamento é consequência do patamar alcançado pelos grandes bancos e empresas no capitalismo contemporâneo, tornando impossível administrar o sistema sem o protagonismo da burocracia estatal e dos administradores do setor privado.

O que está em jogo é o tipo de intervenção estatal e não sua ocorrência ou intensidade. O neodesenvolvimentismo¹³, por exemplo, postula a necessidade de intensificar a intervenção estatal para emergir do subdesenvolvimento, o que não implica retomar o velho keynesianismo, nem promover a reconstrução do estado de bem estar social. Estimulam um novo equilíbrio entre matrizes “Estado-cêntricas” e “mercado-cêntricas” para encontrar modelos capitalistas adequados para cada país. Ressaltam que a presença estatal não deve obstruir o investimento privado e consideram que a gestão pública deve reproduzir a eficiência do gerenciamento privado. Os neodesenvolvimentistas preveem processos de crescimento em coalizão com o agronegócio, visualizando a agroexportação como uma potencial fornecedora de divisas para a reindustrialização, mudança que implica aceitar a remodelação neoliberal da agricultura e a consequente concentração de terras, especialização em exportações básicas, perda de cultivos diversificados e acentuada deterioração do meio ambiente. Tal concepção parte do princípio de que a deterioração dos termos de intercâmbio e a relação centro-periferia já não constituem obstáculos significativos para o desenvolvimento regional. O problema está justamente em não visar superar a heterogeneidade estrutural, apenas maquiá-la. Nesse sentido, mesmo não tratando especificamente de teses socialistas como

¹³ As informações sobre neodesenvolvimentismo foram retiradas do livro *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo* de Claudio Katz, 2016.

possíveis soluções ao problema da desigualdade que culmina na fome, o presente trabalho não faz oposição a elas.

O que se pode concluir a partir da pesquisa aqui exposta é que a esmagadora maioria da população que passa fome se encontra nos países periféricos. A mesma periferia que alguns séculos atrás foi invadida e saqueada. A mesma periferia que ocupou um lugar imposto na divisão internacional do trabalho que só reforça suas relações de dependência com os países mais ricos. A mesma periferia que está sendo invadida pelas multinacionais, notavelmente as da agroindústria, que tornam os solos da periferia reféns de sementes, fertilizantes, pesticidas e herbicidas, de forma a gerar demanda destes produtos para si. A mesma periferia que é alvo das organizações internacionais neoliberais para que adotem políticas de livre-mercado, aumentando assim sua pobreza e dependência. O neoliberalismo precisa ser contido, pois suas práticas são um atentado à soberania dos países do Sul, sobretudo à soberania alimentar.

Estudar a fome e a miséria certamente deixará o sujeito desesperançoso, para dizer o mínimo, diante de todo o exposto. Não é assunto de fácil digestão, e a situação toda aparenta muitas vezes ser irreversível. O fato de que uma parcela tão expressiva da população esteja alijada de um direito humano tão fundamental que é o direito à alimentação, deveria levar toda e qualquer pessoa a questionar e refletir sobre a ética e a civilidade do sistema político e econômico vigente. Creio que a pergunta que fica é: como humanizar um sistema cuja essência é a mercantilização das necessidades humanas? À primeira vista parece impossível, e quem sabe de fato o seja. Seria inútil esperar um despertar de consciência moral daqueles que lucram com a miséria alheia. Ernesto Che Guevara gostava de um provérbio chinês que dizia: “Os muros mais sólidos desmoronam por suas fissuras”¹⁴. Nos resta provocar fissuras das mais variadas formas e tamanhos no muro que separa quem pode comer de quem não pode. Gramsci, no cárcere, citando o escritor francês Romain Rolland, escreveu: “O pessimismo da razão não deve abalar o otimismo da vontade”. E não consigo imaginar frase mais adequada ao contexto em que escrevo.

¹⁴ Ziegler (2013) p. 325

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. Editora Brasiliense, 1983.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

_____. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

_____. **O Livro Negro da Fome**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CHANG, Ha-joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

COUTO, Ebenézer Pereira. Economia Políticas dos Preços de Alimento, Instabilidade Econômica e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer; RAMOS, Pedro. **Segurança Alimentar: Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial**. Campinas: Alínea, 2010. p. 279-303.

DELGADO, Guilherme C. Tensões Internas e Externas Sobre o Preço dos Alimentos: Fatores Explicativos. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer; RAMOS, Pedro. **Segurança Alimentar: Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial**. Campinas: Alínea, 2010. p. 267-278.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. 2007.

Ética na alimentação | Peter Singer. Produção Café Filosófico CPFL, 2016. (50min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lrzEKcBdHoU>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FAO, Alexandratos, N., J. Bruinsma. 2012. **World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision**. ESA Working paper No. 12-03. Roma, FAO.

_____. 1999. **The State of Food Insecurity in the World 1999**. Rome, Italy.

_____, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2019. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Roma, FAO.

_____, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.

FELLET, João. **Em quantas guerras os EUA estão envolvidos (e o que muda com novo presidente)?** BBC Brasil. 07 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37887148>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GEORGE, Susan. **How the Other Half Dies: The Real Reasons for World Hunger**. New York: Penguin Books, 1978.

GLOBAL REPORT ON FOOD CRISES 2019. M: Food Security Information Network, 2019.

GMO OMG. Direção de Jeremy Seifert. Eua, 2013. Son., color.

GUIMARÃES, Maria Helena. **Economia Política do Comércio Internacional: Teorias e Ilustrações**. Cascais: Principia, 2005.

K. von Grebmer, J. Bernstein, L. Hammond, F. Patterson, A. Sonntag, L. Klaus, J. Fahlbusch, O. Towey, C. Foley, S. Gitter, K. Ekstrom, and H. Fritschel. 2018. **2018 Global Hunger Index: Forced Migration and Hunger**. Bonn and Dublin: Welthungerhilfe and Concern Worldwide.

KATZ, Claudio. **Imperialismo Hoje: Uma Avaliação Crítica da Teoria da Dependência da América Latina**. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@ivanajacques/imperialismo-hoje-uma-avalia%C3%A7%C3%A3o-cr%C3%ADtica-da-teoria-da-depend%C3%Aancia-da-am%C3%A9rica-latina-395d0ab9d245>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 476 p.

MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 174 p.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MARTINS, J. R. **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** 2015. Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V), pp. 95-108. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

O plano de transformar Moçambique em um Mato Grosso. Produção de Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. (6 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vLMfEOTGDv4>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

PEET, Richard. **Unholy trinity: the IMF, World Bank and WTO**. 2003. Malaysia: Zed Books.

PESSÔA, Marcio. **Programa brasileiro ProSavana causa temor de conflitos de terra em Moçambique**. DW Brasil. 03 jul. 2013b. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt->

br/programa-brasileiro-prosavana-causa-temor-de-conflitos-de-terra-em-mo%C3%A7ambique/a-16916129>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ROSER, Max; RITCHIE, Hannah (2019) - **Hunger and Undernourishment**. OurWorldInData.org. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/hunger-and-undernourishment>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SIGAÚQUE, Eduardo Saugineta. **CAPITALISMO AFRICANO DEPENDENTE: ESTUDO HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA ECONOMIA MOÇAMBICANA ENTRE O PERÍODO DE 1985-2015**. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa, Florianópolis, 2017.

TheEconomist. **Brazil and Japan plotted a farming revolution in Mozambique**: But instead of sowing soya, they planted seeds of opposition. Nampula. 14 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/11/14/brazil-and-japan-plotted-a-farming-revolution-in-mozambique>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

The National Bureau of Economic Research. **Does International Food Aid Harm the Poor?**. Disponível em: <<https://www.nber.org/digest/mar05/w11048.html>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

WFP. **2019 - Hunger Map**. 2019. Disponível em: <<https://www.wfp.org/publications/2019-hunger-map>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. **History**. 2019. Disponível em: <<https://www.wfp.org/history>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

XAVIER, Glauber Lopes. **Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro**. Argum., Vitória, v. 9, n. 2, p.147-160, 10 ago. 2017.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em Massa: Geopolítica da Fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. **MONOCULTURA E TRANSGENIA: IMPACTOS AMBIENTAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 12, n. 6, p.79-100, dez. 2009.